



*Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*

## **Documento Síntese**

---

# Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>EIXO 1 - Orientação política do movimento.....</b>	<b>4</b>
1.1 Sustentabilidade.....	4
1.2 Autogestão e autonomia.....	10
1.3 Economia Popular.....	13
1.4 Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária..	17
1.5 Território e Territorialidade.....	21
1.6 Diversidades.....	23
1.7 Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.....	24
<b>EIXO 2 - Orientação das ações do movimento.....</b>	<b>29</b>
2.1 Marco Legal.....	30
2.2 Educação e Cultura.....	33
2.3 Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias)	39
2.4 Integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas.....	47
2.5 Comunicação e visibilidade.....	54
<b>EIXO 3 - Organicidade do movimento.....</b>	<b>58</b>
3.1 Fortalecimento dos Fóruns Estaduais.....	61
3.2 Sustentabilidade e autonomia do movimento.....	62
3.3 Estratégias organizacionais.....	63
3.4 Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária.....	64
3.5 Natureza e Definição do FBES.....	64
3.6 Estrutura e Organização do FBES.....	66

# Introdução

*O amor de todo mundo para mudar o mundo*

*Para mudar o mundo, o amor e todo mundo*

Sejam todas e todos trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária muito bem-vindas-os à V Plenária Nacional de Economia Solidária!

Este momento é fruto de mais de um ano de caminhada e construção coletiva desde a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, do encontro preparatório nacional, das mais de 200 plenárias realizadas por todos os estados do país, entre plenárias locais, estaduais, de balanço e temáticas.

Estas etapas envolveram mais de 10.000 trabalhadoras-es e debateram a Economia Solidária como movimento social organizado e estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário; de opção de organização popular e luta emancipada das-os trabalhadoras-es associada-os para o enfrentamento e superação do capitalismo. E ainda, as reflexões também contribuíram para a organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e de nossas articulações e diálogos com outros movimentos sociais aliados.

Vale destacar como foram as participações nas plenárias estaduais, em especial da forte presença das mulheres, que chegaram a cerca de 70% do público e da seguinte proporção entre os segmentos: 60% de empreendimentos de Economia Solidária, 27% de entidades de apoio e fomento e 13% de gestores públicos. Os movimentos sociais também estiveram presentes nas plenárias, com maior presença de movimentos feministas, da agricultura familiar e da reforma agrária, havendo também a participação do movimento de catadores, indígenas, cultura e educação popular, pescadores, sindical, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude, LGBT e fundos de pasto.

Este documento foi feito por muitas mãos e vozes, e traz a sistematização destes debates e proposições mantendo a organização nas três dimensões de orientação do movimento: Política, Ações e Organicidade. Dimensões que foram explicadas nos dois documentos para as plenárias preparatórias: *Documento 1 - orientações gerais e metodologia* e *Documento 2 - questões orientadoras para as plenárias locais e estaduais*

A sistematização consolidou os pontos de convergência e destaca os posicionamentos diversos, a partir dos relatórios encaminhados no prazo estabelecido. Sobre o processo de sistematização, é importante dizer que no Eixo 1, os textos estaduais são praticamente complementares, sem apresentar muitas diferenças ou contradições. No Eixo 2, avaliamos uma série de ações que já tínhamos definido na IV plenária, reafirmando aquelas que ainda não conseguimos avançar e acrescentando novas ações sugeridas pelas plenárias estaduais, temáticas e de balanço. No Eixo 3, quando debatemos o FBES e não mais o movimento, apontamos a necessidade de deliberar sobre sua forma de organização.

É importante considerar que muitos relatórios enviados não traduzem tudo o que foi debatido e proposto nas plenárias locais e que cada fórum deverá se preocupar em rediscutir os aspectos locais em função dos debates nacionais realizados e deliberações desta V plenária. Esta plenária nacional pretende avançar e consolidar os debates na construção do horizonte político do próximo triênio (2013-2015) do movimento de economia solidária, que será expressado no documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Este documento síntese será debatido, modificado e melhorado na etapa nacional, de 9 a 13 de dezembro de 2012, pelos cerca de 800 representantes estaduais com direito à voz e voto, e 100 convidados nacionais observadores, para então consolidar o documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. A linguagem aqui utilizada traz a diversidade de expressões da Economia Solidária no país, do popular e do intelectual, e longe de ser um documento acadêmico, busca mostrar a nossa riqueza de saberes e práticas coletivas.

*Boa leitura e ótimo debate!*

# **EIXO 1 - Orientação política do movimento**

## ***1.1 Sustentabilidade***

### **a) Na contraposição ao capitalismo, o que efetivamente queremos?**

Existem iniciativas de trabalhadores-as que se distinguem pelo fato de incorporarem em suas práticas a solidariedade, entendida como a valorização da pessoa no centro da elaboração de atividades econômicas, considerando-as como meio para a realização de outros objetivos de natureza social, política, ecológica ou cultural. Essas iniciativas promovem uma economia de dentro para fora, numa visão emancipatória e de autonomia. Essa tendência singular coloca em evidência o surgimento de outra economia, denominada de Economia Solidária: outra forma de produção, outra forma de consumo e outra forma de distribuição de riquezas, com características distintas daquelas que se praticam no mercado capitalista..

O atual modelo de desenvolvimento dominante no Brasil para o enfrentamento da crise econômica é o de incentivo ao endividamento e ao consumismo, e portanto não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade sustentável. A Economia Solidária no Brasil, por sua vez, está criando um novo modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao bem viver de toda a população, se identificando assim como um movimento político, econômico e social que fortalece e valoriza a cultura local, respeitando a diversidade e o meio ambiente.

Infelizmente, constatamos que o governo tem, muitas vezes, reduzido os programas de Economia Solidária exclusivamente no quadro de ações sociais, em especial o combate à extrema pobreza, não a considerando como estratégia mais ampla de desenvolvimento.

Na contraposição ao capitalismo, é necessário buscarmos a superação das desigualdade sociais,

econômicas e políticas, construindo uma sociedade mais justa e igualitária. Isto se traduz na prática pela busca da igualdade e boas condições de vida para todas-os na sociedade.

Um exemplo de desigualdade que enfrentamos na realidade é o lugar que ocupam homens e mulheres em nossa sociedade. As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Para construir a sustentabilidade não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se reproduz. Ainda é forte a condição de desigualdade entre homens e mulheres e este é um fato que temos que buscar superar.

Um debate central para a construção do feminismo dentro da Economia Solidária é o questionamento e o rompimento com a divisão sexual do trabalho. Para isto é preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que as chamadas esferas da produção e da reprodução, não são separadas e independentes. Pelo contrário, são esferas articuladas.

Esta condição de igualdade somente será possível pela promoção de um processo educativo amplo que busque melhorar entre nós um entendimento comum sobre a Economia Solidária. Além disso, pela busca da construção de estratégias coletivas de Economia Solidária que fortaleçam as redes de empreendimentos econômicos solidários que não visam apenas a busca de resultados econômicos, mas que procuram a satisfação de outras necessidades humanas como, por exemplo, o resgate da cultura local e a necessidade de promover o consumo responsável nas localidades.

Uma outra contraposição necessária é a construção de um modo de produção diferente do capitalista. Isto se concretiza, por exemplo, no uso de materiais que não agridam o meio ambiente, na busca da diversidade na produção, na inversão da padronização, investindo na singularidade, buscando sobretudo qualidade e não quantidade, na segurança alimentar e não na produção em larga escala com agrotóxicos e transgênicos, na geração de trabalho e renda para todas-os e não apenas para alguns, nas necessidades e não nos modismos.

A Economia Solidária se contrapõe ao capitalismo quando valoriza uma concepção de desenvolvimento baseada nas potencialidades locais, e provoca naquelas-es que com ela se envolvem uma mudança de postura diante da vida e da economia. É o enraizamento comunitário que permite aos Empreendimentos Econômicos Solidários o compartilhamento de dificuldades com o coletivo local, gerando uma nova cultura pautada no trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório.

Buscamos, ainda, construir uma sociedade mais justa onde o valor mais importante seja o trabalho humano, realizado de forma associada, que garanta a equidade social de consumo para a satisfação das necessidades, sem divisão de classes nem acúmulo de bens. No mundo capitalista em que vivemos, a mudança de vida com relação ao consumismo exagerado é urgente para que possamos superar o modelo de mercado, combatendo-o com ferramentas de promoção da sustentabilidade, resgatando a relação dos seres humanos com a natureza.

Ao sistema capitalista, baseado na produção e sobretudo no lucro, no acúmulo de bens e capital, não interessa a formação de uma consciência crítica da população e nem a promoção de direitos. Cabe aos movimentos sociais, num processo contínuo de formação/educação cidadã, articulação e mobilização, pautar e cobrar políticas emancipatórias e promotoras de direitos sociais e ambientais, na busca do **Bem Viver** e da **sustentabilidade**.

O movimento de Economia Solidária está construindo uma nova lógica, uma nova cultura de produção e comercialização justa e sustentável, com o desafio de ampliar a renda dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), sem utilizar as práticas do modelo atual. Para o avanço do movimento e do bem comum na sociedade, é necessário que haja um maior engajamento político das-os militantes da Economia Solidária, no envolvimento da sociedade como um todo e que destas ações e pressões resultem políticas públicas que criem melhores condições de

consolidação das redes produtivas solidárias.

Nada disto será possível se não buscarmos (re)humanizar o ser humano: usando mais emoção, despertando a consciência para a preservação ambiental e a valorização da vida, e não especificamente o lucro, construindo novas práticas, novas posturas. Assim, contrapomos o sistema capitalista e conseqüentemente, fortalecemos os Movimentos Sociais Populares, consolidamos o Movimento de Economia Solidária, afirmando-o como Movimento Social contra o capitalismo e por uma nova sociedade, com acesso a recursos financeiros, para produção sustentável e uma justa distribuição de renda. Com políticas públicas nas várias esferas de governo que propiciem, além do apoio técnico, capacitação, resultados econômicos, orientação e conhecimento.

A Economia Solidária vai para além de um processo econômico, perpassa pela relação de cuidado com os-as trabalhadores-as, processo de relação e produção interpessoal. Não é competição, é solidariedade. Queremos mais vida coletiva, indivíduos fortes, que cuidem de si mesmos, de sua família, da sociedade e do meio ambiente necessário à vida. Queremos pessoas que busquem os processos de conscientização e reflexão crítica ao modo de vida capitalista e à economia de mercado, refletindo sobre nossos objetivos e focos, almejando construir a Economia Solidária que queremos.

**b) Vamos reafirmar antigas ideologias ou estamos querendo construir uma nova cultura política? Como descrevemos a nossa cultura política?**

Para construirmos na prática a Economia Solidária, precisamos pensá-la enquanto espaço de construção de um modo de vida diferente do capitalismo e para tanto é necessário uma nova cultura política em que o pleno exercício dos princípios da Economia Solidária, em especial a autogestão e a solidariedade entre trabalhadores-as, seja a base.

A antiga ideologia já provou que é falha, e uma nova cultura se mostra necessária. Na antiga cultura política, que ainda está no meio de nós, o que observamos é a privação do conhecimento, a falta da democracia real, a imposição da mídia. A cultura política atual é baseada na especialização, na padronização e no individualismo. Na Economia Solidária queremos construir uma cultura política que reflita uma nova ideologia baseada na justiça social e centrada no ser humano. Estamos querendo construir uma nova cultura política, socioambiental, uma política sincera, sem corrupção. Queremos ensinar nossas-os filhas-os que um futuro melhor é possível para a humanidade. Um futuro com educação, honestidade, aprendendo a respeitar a opinião e a diversidade de cada grupo ou etnia, dando oportunidade para que todas-os sejam iguais e acatando suas ideias e seus ideais.

Para nós o desenvolvimento é diferente, temos outras riquezas a serem valorizadas. Cada uma das nossas regiões têm riquezas que o modelo capitalista de desenvolvimento, e as vezes nós mesmos, não vemos. Por exemplo, o Nordeste sempre foi tido como uma região atrasada, mas que sempre resistiu a esse tipo de desenvolvimento desenfreado. Infelizmente a política neoliberal está explorando as riquezas do Nordeste de modo destruidor.

Para construirmos uma nova cultura política precisamos ter uma mudança de atitude, não apenas por modismo, mas por uma necessidade de enfrentamento ao capitalismo, exigindo a implantação de um projeto político fundamentado nos valores do bem viver: cooperação, solidariedade, autogestão, na democracia, igualdade, justiça social, econômica e ambiental. Queremos construir uma nova cultura política baseada nos princípios da autogestão, da democracia, do respeito à diversidade que acontece inclusive pela organização dos espaços coletivos, não desconsiderando o que de bom exista nas antigas ideologias, pois somos resultados delas.

Além disso, é fundamental lutarmos não apenas pela sobrevivência individual ou de nossas organizações, mas pelo bem comum, através da democratização dos processos que beneficiem os interesses coletivos e isso se faz na prática através do fortalecimento das estruturas e institucionalidades coletivas e cooperativas (fóruns, redes, coletivos, etc.).

Queremos contribuir para a consolidação do Movimento de Economia Solidária, e interagir com nossa comunidade, valorizando o conhecimento local, através do trabalho cooperativo e associativo. Apresentar a realidade, através de práticas educativas, divulgação/informação, trabalho coletivo, autogestionário, com distribuição de renda justa e igualitária, combatendo o individualismo e as práticas excludentes, e dando visibilidade ao bem que este trabalho pode proporcionar à sociedade e a cada pessoa em sua vida pessoal.

Para que, enquanto movimento, possamos consolidar esta nova cultura política, há uma urgente necessidade de aproximação e de fortalecimento do diálogo com o conjunto dos Movimentos Sociais Brasileiros, sobretudo com aqueles relacionados às lutas ambientalistas e de luta pela terra, produzindo sem destruir o meio ambiente e buscando preservá-lo. Neste sentido, é necessário irmos contínua e progressivamente construindo uma nova Cultura Política que favoreça a unificação de bandeiras e de estratégias entre movimentos. Cabe a nós enquanto movimento de Economia Solidária combater e denunciar práticas de destruição reafirmando um novo modelo econômico, enraizado na vida comunitária. Essa cultura no tocante à sustentabilidade é complexa e envolve uma multidimensionalidade (organizacional, institucional e relacional).

Construir uma nova cultura política – a cultura do bem viver - significa vivenciar práticas cotidianas de cooperação e autogestão no trabalho, na saúde, na educação, na cultura, no lazer, na preservação do meio ambiente, nas finanças solidárias e na alimentação saudável. Nesta cultura, precisamos avaliar as reais necessidades que temos para viver dignamente, preservando o direito à vida das gerações futuras (uma economia que se mantenha no tempo).

Na nova cultura política é necessário romper com a submissão e com o preconceito, sobretudo ter cuidado com a expressão de práticas e iniciativas que se dizem fazer Economia Solidária, mas que na prática são contrários aos princípios defendidos pelo Movimento.

No rompimento da submissão, do preconceito e na construção da nova cultura política, precisamos ainda refletir sobre qual a contribuição dos processos vividos, no dia-a-dia dos sujeitos políticos da Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. Como as mulheres estão neste espaço? Que poder elas exercem, ou não? Como a atuação neste espaço tem provocado mudanças concretas em suas vidas? Por que e como a Economia Solidária pode contribuir para a superação das desigualdades vividas pelas mulheres? O movimento da Economia Solidária é uma alternativa para mudarmos o quadro de desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo jeito de organizar, produzir, comercializar e consumir, pois a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a divisão sexual do trabalho e garantir uma abordagem feminista na construção de uma nova proposta de sociedade.

Queremos construir uma nova cultura política que se relacione também com uma nova forma de viver em sociedade, de se relacionar com o Estado, provocando a reforma política e buscando eleger políticos realmente engajados com o bem comum para toda a sociedade.

Finalmente é necessário reconhecer que existem iniciativas que praticam a Economia Solidária, mas não se reconhecem como tal e com elas também podemos aprender muito e ampliar a capilaridade dos Fóruns.

**c) O que é para nós sustentabilidade? O que isto efetivamente implica quando nos relacionamos com a natureza e com o mercado capitalista? O que isto significa quando nos relacionamos dentro da Economia Solidária na ótica da cooperação e da solidariedade?**

O termo sustentabilidade é hoje um termo em disputa, utilizado de acordo com interesses determinados. Entendemos que é um conceito amplo, que ultrapassa a ideia de preservação da natureza, mas propõe o estabelecimento de uma outra relação com a vida, abrangendo os aspectos econômico, político, social, ambiental e cultural, de forma indissociável. A sustentabilidade significa a possibilidade de se obter, continuamente, condições iguais ou superiores de vida para as



pessoas e as gerações futuras, num dado ecossistema. Sustentabilidade para nós é o desenvolvimento que queremos em todas as dimensões, de estar produzindo e comercializando os nossos produtos, de consumir os produtos dos empreendimentos, e não os oriundos do capitalismo.

O capitalismo degrada o meio ambiente, pois ele transforma a natureza em mercadoria sempre buscando se beneficiar, gerar lucro, mas sem se preocupar com as futuras gerações. A sustentabilidade deve ser percebida a partir da preservação da natureza, da luta pela igualdade de direitos perante o estado, do respeito à diversidade ambiental e à sazonalidade para garantir condições de vida plena para as próximas gerações.

Assim, nós temos que buscar no cotidiano de nossas vidas exercer o consumo consciente, identificando o que se produz localmente, evitando os produtos que venham de muito longe, pois isso contribui para reforçar as grandes corporações internacionais. Quanto mais próximos são as produtoras-es e as consumidoras-es mais conseguimos ter uma alimentação mais saudável, qualidade de vida, produção e comercialização sem exploração. Isto implica na mudança de hábitos em busca do bem estar coletivo.

Para se alcançar a sustentabilidade é preciso que haja um envolvimento que parte do indivíduo para o coletivo, de dentro para fora, do grupo para a comunidade. A sustentabilidade almejada envolve um intenso e adequado processo educativo e solidário, entendendo que somos parte do ambiente.

Com vistas à sustentabilidade econômica dos EES e o desenvolvimento da Economia Solidária, é necessário romper com sua dependência do Estado/governo nas três instâncias governamentais, a partir da criação e articulação de **planos locais de economia popular solidária**, para que os pontos fixos de comercialização e as redes econômico-solidárias possam ser uma prática de toda sociedade, gerando renda e realização pessoal aos que adotaram esta nova prática, assim como a circulação destes recursos na comunidade.

Nestes planos locais devemos reconhecer o trabalho não remunerado e invisível, principalmente junto a idosos e crianças, realizado pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade da vida humana. Eles contribuirão também para buscarmos políticas públicas de cuidados, como creches, restaurantes comunitários e lavanderias comunitárias que reduzam o trabalho doméstico, bem como a divisão deste com os homens, e, assim, garantir às mulheres a construção da sua autonomia econômica e social.

Tais estratégias devem ser também espaços de formação e de diálogo com a comunidade, resgatando e valorizando as expressões culturais e as várias dimensões das finanças solidárias. Nelas, poderíamos também aproveitar para discutir com a população que às vezes o que se diz desenvolvimento sustentável não é igual à Economia Solidária, pois nós trabalhamos a sustentabilidade não apenas na perspectiva econômica (como faz a economia verde), mas também a social e a ambiental.

É muito importante que discutamos profundamente o tema “mercado”, sua função e importância. Precisamos fomentar outras relações de mercado, com espaços de trocas de produtos e serviços, compreender o mercado como espaço provedor da vida, e não de lucro, além do estímulo às novas práticas de consumo, implicando em uma revisão de valores, e de uma educação voltada ao consumo responsável.

Para a comercialização temos dificuldades, pois uma economia de mercado é exigente e manipuladora, quer que a-o produtor-a se focalize somente em seu produto, numa concorrência multinacional e desleal. Dentro da Economia Solidária, temos oportunidade de produzir o que queremos, e como podemos, e assim apresentar nossa produção, oferecer o que realmente conseguimos produzir. Temos que recriar o espaço privilegiado das trocas e do encontro, que é originalmente o espaço do mercado, retomar as suas bases como espaço provedor da vida.

Precisamos aprender o bem viver a partir também da espiritualidade, estabelecimento de relações



distintas com a natureza e demais formas de vida. Esta aprendizagem pode se dar a partir das trocas com modos de vida das comunidades tradicionais, que possuem uma relação diferenciada com os seres vivos, de ir contra o processo de mercantilização de tudo. Buscar um equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Resgatar relações de respeito com o ambiente, de forma que o progresso tecnológico e científico esteja alinhavado com tal pressuposto.

É o ser humano em harmonia incondicional com o universo. Utilizar matéria prima da própria região, não precisando comprar fora, preservando o meio ambiente. É importante saber o que queremos e onde pretendemos chegar valorizando a vida e preservando o meio ambiente. No caso dos vários ecossistemas naturais como o cerrado, a caatinga, as florestas, não basta preservar, é **preciso replantar**. Nesta mesma ótica, defendemos a preservação do Campo, das Águas, da Floresta e dos Povos e Populações da Amazônia e de todas as regiões que dependem diretamente dos ecossistemas para viver.

Temos consciência do problema que os resíduos que sobram do nosso empreendimento podem gerar ao meio ambiente, então procuramos reutilizar ou passar para outras pessoas/grupos que os reutilizem. Conscientizamos as pessoas sobre o reaproveitamento das embalagens, compostagem de resíduos biodegradáveis, e do destino certo para o lixo não biodegradável.

#### **d) O que entendemos por “bem viver”? Qual é a sua relação com emancipação e a prática de valores de cooperação e solidariedade?**

A discussão sobre o bem viver vem aos poucos se embrenhando no movimento de Economia Solidária. Esta é uma temática que temos que aprofundar. No caderno de questões orientadoras para as Plenárias Estaduais constava que “o bem viver implica na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas em vinculação direta com a natureza, uma busca de equilíbrio entre ser humano - natureza, de um bem comum e não apenas o crescimento econômico, fortalecendo a cultura e suas identidades”.

Os povos e populações tradicionais possuem este tipo de relação com a vida, a terra e o planeta e é muito importante entender como eles ainda preservam uma “cosmovisão” sobre o jeito de viver, onde tudo está integrado. Às vezes cometemos o erro de chamar isto de “atraso”.

A utilização do termo “desenvolvimento sustentável” deve ser substituída no movimento de Economia Solidária pelo termo “Bem Viver” que implica em “Decrescimento”, e para que isso aconteça o movimento deverá aprofundar a discussão nos temas. Este debate fica mais fácil quando nos aproximamos de uma estratégia de fortalecimento das identidades de nossos grupos nos locais e comunidades onde se inserem, e na aproximação com a economia popular para garantir o respeito à diversidade (comunidades e povos tradicionais), articulando a integralidade dos conceitos: sustentabilidade, território, reprodução da vida e economia popular.

Para nós o bem viver é o alicerce dos princípios. Nossa organização deve garantir que suas experiências locais, e atividades econômicas sejam conduzidas por uma lógica onde a educação, saúde, habitação, enfim, os direitos fundamentais sejam o principal objetivo. Bem Viver é um estado de ânimo do indivíduo, da sociedade, de um país, no tocante à paz e à felicidade individual e coletiva.

A orientação da economia capitalista está centrada essencialmente na obtenção de lucro, e o conseqüente equívoco de ver o acúmulo de capital como significado de riqueza. Nesta concepção, as relações humanas e ambientais são colocadas como recursos para obtenção de capital: “Recursos humanos”, “Recursos Naturais” e etc, sempre com o objetivo de lucro através da mercantilização da vida. Neste modelo, o bem-viver não constitui a finalidade da economia. A Economia Solidária deve pressupor outra finalidade: promoção do bem-viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, o qual compreende uma vida harmônica entre todos os seres - com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia dentro das necessidades que realmente precisamos, de maneira digna,

respeitando o espaço do próximo, sem competitividade nem exclusão.

Neste sentido, é necessário refletir sobre a reprodução da vida humana no planeta. Através da Economia Feminista, podemos trazer a reflexão sobre a necessidade de colocar a reprodução da vida humana na centralidade do debate econômico, envolvendo o fim da divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para a produção do bem viver.

Para tanto, afirmamos a necessidade de vivenciar o bem viver em nossas organizações e no movimento de Economia Solidária, buscando nos preocupar com a qualidade de vida, com o respeito às pessoas, à natureza e às diversidades. Assim, a sustentabilidade se concretiza com a nossa responsabilidade com as gerações futuras, não apenas pensar no retorno financeiro, e sim no bem estar das pessoas, fomentar a cooperação. Será que estamos conseguindo fazer a cooperação entre as organizações de Economia Solidária? O Bem Viver deve estar ligado ao ser e não ao ter, estimulando o trabalho coletivo, a autonomia e a emancipação com relação ao modelo dominante.

Construir o bem viver na prática significa também avançar enquanto movimento na luta pela garantia dos direitos trabalhistas para as/os trabalhadoras-es associadas-os. Em nosso cotidiano, precisamos nos preocupar, por exemplo, com uma carga horária de trabalho que favoreça a nossa saúde e bem estar, com os tempos para garantir uma pausa e uma alimentação saudável, com os tempos para lazer, descanso semanal, auxílio saúde, e tantas outras garantias que as/os trabalhadoras-es já conquistaram. É usufruir de moradia digna, tendo lazer com segurança, boa saúde, boa alimentação, feita com produtos agroecológicos, e ser um-a cidadã-o digna-o, que contribua para o bem estar da sociedade, usufruindo dos seus direitos e cumprindo os seus deveres.

Significa ainda viver com dignidade, usufruindo dos bens naturais, sem agredir nem depredar a natureza, buscando cada vez mais alternativas para o nosso bem estar, abolindo a agressão física e psicológica. Deixando de lado práticas que excluem, escravizam, valorizando a transformação contínua, o amor ao próximo e as relações interpessoais. É fazer o que cada um-a gosta e sente bem, se valorizar e valorizar o que a-o outra-o faz com autonomia de gerir-se e fazer gerir suas escolhas, respeitando a si, a-o outra-o e a natureza.

Mais uma vez, a temática do consumo consciente aparece como necessária ao bem viver. Precisamos consumir mais os nossos próprios produtos. Para isto, é necessário produzir e consumir de forma justa, sem exploração e abuso, valorizando a diversidade e vivendo em harmonia, preocupados inclusive com a o fortalecimento de uma nova cultura alimentar entre nós.

O movimento da Economia Solidária, a partir do Fórum Brasileiro e Fóruns Estaduais, tem que ter autonomia política e econômica em seu processo de estruturação e organicidade. Buscar alternativas que garantam a sustentabilidade do movimento, e ampliação de sua inserção na sociedade, interagindo com outras lutas sociais: de mulheres, da agricultura familiar de base agroecológica, juventude, negros, dentre outros.

Cabe ainda ao movimento de Economia Solidária lutar pela criação e consolidação de políticas públicas que fortaleçam os empreendimentos solidários como atores econômicos que promovem uma nova relação com a economia, a sociedade e a vida em cada um dos nossos territórios, através de prática de valores de cooperação e solidariedade, vivendo em harmonia, com a família e as/os amigas-os, quando nossos projetos de vida e desenvolvimento caminham no rumo da emancipação coletiva.

## ***1.2 Autogestão e autonomia***

### **a) O que é ?**

A Economia Solidária fundamenta-se no trabalho em cooperação que se traduz em diferentes formas de organização, em especial o associativismo e cooperativismo. Na Economia Solidária

utilizamos como princípio a **autogestão**, processo fundamental para todos os grupos e organizações que trabalham de maneira associada, sejam eles entidades de apoio, empreendimentos econômicos solidários ou espaços do governo que desenvolvem programas e projetos de políticas públicas voltados para a Economia Solidária.

A Economia Solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas-os que a praticam.

A autogestão é o compartilhamento da gestão do trabalho buscando a autonomia e a independência sóciopolítica e econômica dos indivíduos que compõem cada coletivo. Entendemos que a autogestão é diferente para cada pessoa e cada coletivo, e é necessário identificar a dificuldade das/os trabalhadoras-es associadas-os em partilhar dos preceitos que regem as experiências autogestionárias. Autogestão é diferente de heterogestão, em que existe uma hierarquia entre quem pensa e quem executa.

Na vivência da autogestão sentimos bem estar pessoal, respeitando a-o próxima-o no coletivo dentro dos princípios da economia solidária. Ela expressa o entendimento de que gestão participativa é um processo de trabalhar no coletivo, mudando de postura, respeitando a opinião de todas-os, sem ter uma ou um que decide e a-o outra-o que obedece.

O condicionante histórico precisa também ser considerado, pois a experiência de organização coletiva brasileira não teve na sua história um processo de fortalecimento da organização das/os trabalhadoras-es, diferentemente de outros países.

O enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, que considera a perspectiva feminista, passa por impulsionar as mulheres a romper com o papel a elas colocado na sociedade e que é reproduzido nos empreendimentos, de modo que assumam mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada a relação das mulheres com o crédito. A autogestão é fundamental para que a Economia Solidária seja organizada a partir de uma relação direta de contribuição com a luta feminista. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.

As práticas e experiências autogestionárias devem estar presentes nos encontros locais/regionais. A riqueza da experiência serve como modelo de reflexão, criando ao mesmo tempo padrões de referência para os demais empreendimentos econômicos solidários.

A autogestão não tem receita pronta, acontece no diálogo em que cada um-a contribui com o seu melhor para o coletivo.

## **b) Como temos exercitado a autogestão no cotidiano: nos fóruns, nos empreendimentos e organizações?**

Em alguns espaços do movimento temos exercitado a autogestão nos empreendimentos e organizações, respeitando a decisão tomada de acordo com a maioria e sugerindo propostas para a melhora da convivência em equipe e na sociedade. Estamos dialogando e trocando experiências, participando com responsabilidade de cursos e formações, reunindo o grupo para sua melhor organização, e buscamos novas ideias para empreendimentos e organizações com a divisão do trabalho, da produção, da venda e dos resultados. O exercício ocorre principalmente através do trabalho.

Mas, por vezes, ainda temos dificuldades de exercer a autogestão pela presença de organizações com práticas corporativas ou de dominação. Por exemplo, atualmente percebemos que nos espaços

representativos ocorrem disputas individualistas que vão no sentido contrário ao que preconiza a Economia Solidária.

Para identificar as dificuldades de implantação da autogestão no movimento de Economia Solidária é necessário trabalhar com os aspectos teóricos da autogestão, mas é imprescindível identificar os gargalos para a implantação, pois o legado da relação econômica capitalista prioriza o culto a lideranças e perpetua a competição. Isto influencia na ação das/os trabalhadoras-es associadas-os no compartilhamento da gestão dos empreendimentos, uma vez que está naturalizada uma concepção de heterogestão.

Para a autogestão acontecer é necessário que o trabalho coletivo busque sempre construir espaços de autonomia tanto nos empreendimentos solidários, quanto nas entidades de apoio, nos fóruns, tanto em nossas metodologias de formação e articulação política como na realização de assembleias e plenárias, para decidir em conjunto, assegurando a democracia interna.

A autogestão não acontece se não trabalharmos uma nova cultura política onde os princípios da Economia Solidária sejam o critério para avaliar a ética das pessoas. As conversas de corredor não ajudam e é preciso exercitar o diálogo e a decisão coletiva, sabendo ouvir e falar na hora certa, respeitando as diferenças, rompendo com a cultura da submissão e revertendo qualquer forma de dependência.

Na prática, precisamos ainda assegurar o ambiente (fórum, conselhos, rede) favorável ao desenvolvimento das práticas coletivas e de articulação com outros movimentos sociais, que nos ajudam a fortalecer processos de autogestão, buscando compreender os papéis diferenciados de cada um desses espaços e de como eles nos fortalecem coletivamente, a exemplo do fórum, da rede de educadoras-es, das redes de comercialização, dos conselhos, entre outros.

#### **d) Para ampliação de nossa capacidade de ação e organização, como temos renovado nossas coordenações?**

Para ampliação de nossa capacidade de ação e organização deveríamos nos preocupar em renovar nossas coordenações através de eleição no grupo, de ações de capacitação, formação, troca de experiências com outras comunidades, participação nos cursos de formação, de reuniões e repassando nossos conhecimentos para as novas gerações. Mas ainda é necessário identificar e agregar novas lideranças ao movimento de Economia Solidária, se preocupando em formá-las e capacitá-las.

Nossa capacidade de ação e organização na autogestão se fortalece quando buscamos renovar nossas coordenações, tanto no fórum quanto nas organizações que o compõem, respeitando a diversidade e incidindo no empoderamento político de seus/as trabalhadores-as, buscando oportunizar a rotatividade de escolhas para as nossas coordenações e formando novos mobilizadores.

#### **c) Há relação entre autogestão e sustentabilidade?**

Para que a autogestão seja possível precisamos ter as organizações do fórum fortalecidas, também em termos da sua sustentabilidade econômica, pois não é possível pensar autogestão com organizações que sejam dependentes apenas do mercado para buscar sua sustentabilidade e possuam condições estruturais precárias.

A autogestão nos dá um poder de influência muito significativo sobre a questão da sustentabilidade, e se concretiza principalmente através do exercício cotidiano da democracia, participação coletiva, partilha de conhecimento, união e conscientização de todas/os, exercida com uma metodologia específica para atender às necessidades de cada um dos grupos, seguindo os princípios da Economia Solidária no dia a dia.

A sustentabilidade a partir da autogestão acontece também a partir da viabilização do trabalho das mulheres, que não podem ser penalizadas por historicamente terem que assumir os processos de produção e reprodução da vida. Em nossos encontros, espaços formativos e no cotidiano de nossas organizações devemos propor estratégias autogestionárias que permitam a todas-os, homens e mulheres, terem direito ao trabalho associado e ao mesmo tempo garantir o trabalho reprodutivo assumido por homens e mulheres da Economia Solidária.

#### **e) Que propostas temos para construir uma sociedade autogestionária?**

Para construir uma sociedade autogestionária precisamos trabalhar unidas-os, com ética e responsabilidade, buscando a autogestão nos fóruns, levando a discussão para dentro das comunidades, exercitando o enraizamento das nossas ações na prática de nossas comunidades. Este enraizamento acontece pela busca de espaços nos bairros, feiras, divulgação para a sociedade com formação, capacitação, palestras educativas, conscientização dos benefícios da autogestão, relato de empreendimento contando onde a autogestão deu ou está dando certo. A autogestão fortalece a Economia Solidária na medida em que enraizamos esta prática em nossas comunidades.

Nossos fóruns devem buscar a realização de reuniões itinerantes envolvendo as comunidades locais; organização de feiras itinerantes dando visibilidade aos empreendimentos da Economia Solidária; fortalecimento das articulações entre as redes de empreendimentos; promoção de rodas de conversas dentro dos empreendimentos abertos à população, lançando esta semente da Economia Solidária e sua multiplicação dentro das associações de bairro, ajudando a fortalecê-las. É também responsabilidade dos fóruns buscar a integração com a política local, divulgando para os órgãos públicos o que é a Economia Solidária.

Em nosso horizonte estratégico, devemos buscar a criação de fóruns de Economia Solidária em todos os municípios, buscando garantir orçamento na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e fortalecer as organizações da sociedade civil, além da produção, exposição e venda dos produtos e estímulo ao consumo responsável, valorizando também os técnicos locais da própria comunidade, pois conhecem a sua realidade.

A busca de uma sociedade autogestionária também depende de uma reflexão sobre a nossa relação com o Estado. Devemos construir a nossa autonomia em relação aos recursos governamentais, buscando uma relação de não dependência com programas de governo, ao mesmo tempo que lutamos por políticas públicas para a Economia Solidária, enquanto direito de todos que a praticam. Todas as organizações do Movimento devem conhecer as leis, se apropriando de seus direitos com o objetivo de buscar a emancipação. Além disso, é fundamental que lutemos pelo reconhecimento do Fórum como representante do movimento de Economia Solidária pelo Estado e pela Sociedade.

Nesta relação com o Estado, é fundamental termos a coragem de nos contrapor à estratégia de avanço do capitalismo no Brasil, buscando desconstruir todas as políticas públicas que atrapalham e enfraquecem o movimento de Economia Solidária, a exemplo das políticas voltadas para as micro e pequenas empresas individuais.

## ***1.3 Economia Popular***

#### **a) Qual o significado da economia popular para o movimento da economia solidaria?**

A **economia popular** normalmente se organiza a partir de trabalhadoras-es individuais, a exemplo das-os ambulantes, onde em geral não existem relações entre patrão e empregado, mas a atividade é desenvolvida de maneira individual. Predominam as diferenças nas atividades produtivas que buscam apenas a geração de renda, sem uma preocupação com um processo mais amplo de transformação da economia e da sociedade.



Na **Economia Solidária** o trabalho não gera exploração da-o trabalhador-a e a nossa proposta é de construção de uma nova forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Além disso, visa o bem viver não apenas da família, mas também da comunidade e da sociedade.

Muitos se perguntam: a economia popular é capitalista ou não ? Esta dúvida vem do fato de que na verdade existe uma contradição. Por um lado, a economia popular alimenta os grandes grupos econômicos e a globalização neoliberal, embora as-os trabalhadoras-es do setor tenham apenas o necessário à sobrevivência. Por outro lado, é graças à economia popular que muitos-as trabalhadores-as brasileiros-as conseguem sobreviver, na barraquinha de cachorro quente, vendendo cerveja na praia, ou como cabeleireira-o ou costureira-o de bairro, etc. Olhando estas experiências, tendemos a dizer que precisamos entender melhor a economia popular que é múltipla, diversa e baseada na reprodução e na subsistência.

A economia popular é diferente da economia solidária, pois muitos procuram sobrevivência em um modelo autônomo e individualista, visando lucro e muitas vezes servindo de sustentação ao capitalismo, pois acaba responsável por produtos e serviços que não são rentáveis ao sistema e não tem um projeto de organização coletiva da sociedade, baseada em valores como respeito, preocupação com o meio ambiente, solidariedade, etc. Ao contrário da economia popular, na Economia Solidária buscamos a sobrevivência, mas também visamos uma vida melhor para toda a sociedade: Buscamos provocar a transformação social, política e econômica em nosso mundo.

No contexto atual, o desafio do Movimento de Economia Solidária é transformar a mentalidade das pessoas que estão na economia popular para trabalharem em grupo. São trabalhadores e trabalhadoras que não precisam de patrão, estão conquistando o seu próprio espaço, são milhões de iniciativas no Brasil que trabalham com a lógica da produção e da sobrevivência. Prosperam ambulantes, algumas categorias de artesãos-os, trabalhadoras-es autônomas-os, organizadas-os muitas vezes em uma associação. Houve o desenvolvimento de vários padrões de subsistência que abrangem pessoas com dificuldade de alcançar o chamado empreendedorismo.

A lógica da economia popular é fortemente voltada para o empreendedorismo individual, incentivada pelos entes públicos e o Sistema S (Senai, Sebrae, etc.), fortalecendo sempre o capitalismo que precisa de empreendedoras-es individuais para diminuir custos. Esta articulação, coordenada pelo sistema S, mas com a participação de clubes de diretores lojistas e outros setores organizados do capitalismo, organizam um lobby intenso junto às-aos parlamentares para aprovar legislações que favorecem o Micro Empreendedor Individual (MEI), enquanto a Lei Geral da Economia Solidária esbarra na burocracia e na falta de apoio das-os parlamentares.

Precisamos partilhar com as-os trabalhadores-as da economia popular o jeito de fazer economia e de viver na Economia Solidária, integrando-os-as aos nossos empreendimentos ou ajudando-os-as a criar outros. O fundamento para esta ação é de que somos todos-as trabalhadores-as e precisamos fazer alianças, não separações. A união de todos os setores promove o fortalecimento da Economia Solidária em cada um dos nossos territórios, combatendo o sistema dominante.

No contexto atual, a economia popular está totalmente desvinculada da Economia Solidária, porém, pode vir a ser parceiro, um ajudando o outro. Para a Economia Solidária o desafio é mudar a mentalidade das pessoas, e sabemos que muitos não conhecem o projeto político da Economia Solidária, e seu trabalho acaba por sustentar o capitalismo ao realizar atividades econômicas sem rentabilidade para os capitalistas, mas fundamentais para que estes continuem elevando seus lucros. Como o governo federal tem apoiado mais as iniciativas dos empreendedoras-es individuais que dos Empreendimentos Econômicos Solidários, isso faz com que, às vezes, alguns dos nossos empreendimentos fraquejem diante da tentação da inscrição como microempreendedor individual (descontos e facilidades no pagamento de impostos). Por isso precisamos reforçar a nossa luta para fortalecer e aprovar a Lei Geral da Economia Solidária que pode trazer vantagens semelhantes para os nossos empreendimentos denunciando as artimanhas políticas e técnicas do sistema.



**b) Como nos relacionamos com a economia popular e problematizamos as “facilidades” ofertadas pelos caminhos individuais, a exemplo da inscrição no MEI (Microempreendedor Individual)?**

Ao mesmo tempo que temos que tentar compreender melhor o que é a economia popular e como ela funciona, ela é também parte de nós porque muitos dos nossos empreendimentos vieram da economia popular e ela é fundamental para o fortalecimento do nosso movimento. Existem até alguns fóruns no país que se autodenominam Fórum de Economia Popular Solidária. Por isso, precisamos cuidar mais das nossas relações. Temos que entender que as/os participantes da economia popular são excluídas/os na sociedade, precisam se endividar para iniciar uma atividade econômica, e é preciso que possamos contribuir para que elas/es se organizem.

Os governos e o capitalismo acabam se “aproveitando” da desarticulação e desinformação das/os participantes da economia popular para incentivar o empreendedorismo individual. É preciso que entendamos as facilidades ofertadas pelo MEI como formas de ludibriar as/os empreendedoras/es coletivos e individuais, e nos opor com firmeza, problematizando as facilidades e lutando para estimular cada vez mais a organização da atividade econômica pela Economia Solidária. A artimanha é promover a inscrição no MEI para que uma grande massa de empreendimentos individuais possam continuar a trabalhar para o capitalismo, e aonde aparentemente a pessoa tem um resultado mais imediato em detrimento do processo da organização coletiva, emancipatória e autogestionária, e sempre se manter pobre. Defendemos que os programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, estejam associados e vinculados a ações de organização das/os beneficiárias/os em empreendimentos solidários para sua emancipação econômica via Economia Solidária.

Por vezes nos empreendimentos populares prevalecem os interesses econômicos individuais, imediatos, dificultando a prática da Economia Solidária. O processo educativo para a organização dos grupos de Economia Solidária é muito lento e a falta de apoio às vezes abre portas para que as/os integrantes dos grupos acabem desistindo. Muitas vezes a economia popular já vem com o produto pronto e com outra ideologia, enquanto a Economia Solidária pensa em pelo menos manter o grupo e crescer junto. A facilidade da inscrição individual tem fortalecido o individualismo, se contrapondo à lógica coletiva da Economia Solidária.

É preciso manter uma relação de cautela, pois as facilidades dos caminhos individuais podem em certo momentos provocar outros problemas para os empreendimentos que tem dificuldade de se relacionar com o mercado consumidor.

Para que as ideias da Economia Solidária possam chegar cada vez mais nas iniciativas da economia popular é preciso que pensemos em espaços de articulação entre nós, onde possamos divulgar nosso projeto político, fazendo com que as/os empreendedoras/es individuais reflitam sobre o seu próprio papel no processo de apoio e sustentação ao capitalismo. Há uma necessidade de um maior convívio entre nós.

No meio urbano a sustentabilidade econômica é complicada pela dificuldade em obter crédito e sustento, e as/os trabalhadores voltam a ser empregadas/os. Precisamos denunciar as práticas do Sebrae e de algumas prefeituras que fazem processos de inscrição em massa nos bairros, muitas vezes estimulando as/os integrantes dos nossos empreendimentos a se inscreverem como micro empreendedor-a individual, afirmando que eles só ganham com esta inscrição. Isto de certa forma é verdade, pois há vantagens de um ponto de vista do pagamento dos impostos e do INSS. Porém, é preciso que o SEBRAE e as prefeituras possam também buscar nos ajudar a fortalecer a legislação que favorece a conquista de direitos previdenciários e as vantagens tributárias para os empreendimentos da Economia Solidária.

**c) Quais as estratégias para ampliar nossa relação com a economia popular? Como anunciar as possibilidades da economia solidária, inclusive na construção do próprio país?**

Devemos ter uma relação ativa com os empreendimentos da economia popular, expondo os pontos críticos dessas “facilidades”, conscientizando e também apresentando os resultados obtidos através da Economia Solidária. Isto só se dá através de formação política, ideológica e social para inclusão na Economia Solidária, incorporando a economia popular aos processos e esclarecendo que a Economia Solidária é diferente das demais formas de economia, com as vantagens em trabalhar de forma coletiva.

Precisamos buscar estratégias de mostrar aos empreendimentos individuais que sempre existem formas coletivas de trabalho, seja para comprar matéria prima, seja para comercializar, seja para transformar, seja para comprar um equipamento mais caro, etc. E queo trabalho de forma coletiva traz mais segurança e saúde para o empreendimento e suas-seus integrantes.

Precisamos enquanto fórum contribuir para a organização dos-as trabalhadores-as da economia popular em organizações de trabalho associado. Os processos de comunicação são muito importantes para espalhar a ideia da Economia Solidária e precisamos divulgar e dar visibilidade ao que temos para que as-os participantes da economia popular e a sociedade em geral conheçam a proposta da Economia Solidária.

A ação do movimento deve ser no sentido de se aproximar dos movimentos que já existem (ferramentas) como Sindicatos, colegiados, fórum, conselhos, e aprimorar e fortalecer as ferramentas que já existem (capacitação, qualificação), buscando identificar em cada bairro, município, região, território, onde estão e quem são os-as trabalhadores-as da economia popular.

As pessoas precisam começar a exercer a Economia Solidária no próprio dia-a-dia, com a forma de falar, vestir e se comportar, praticando os princípios da economia popular solidária e realizando o enfrentamento do sistema capitalista. A título de exemplo pode-se citar a preocupação com o alimento consumido. Podemos produzi-lo respeitando as boas práticas de manipulação e utilizando os produtos naturais ofertados por empreendimentos da própria economia popular solidária. Através de iniciativas como esta potencializamos a consolidação de uma identidade das-os envolvidas-os na economia popular solidária diferenciando-os-as da economia popular.

Uma outra estratégia para ampliar a relação é promover encontros, debates entre os segmentos, desenvolvendo uma estratégia conjunta a partir dos territórios, lutando por políticas públicas articulada e contínuas que favorecem a Economia Solidária e incluam a economia popular, a partir da promoção de sua organização em projetos coletivos. Isto significaria oferecer para economia popular os benefícios da Economia Solidária, através da coletividade, expectativas de uma vida melhor. Valorizando os pequenos grupos de produtoras-es na sua comunidade, envolvendo-os no desenvolvimento do território, a partir da formação e da divulgação do nosso jeito diferente de pensar e agir, e aos poucos ir envolvendo as pessoas que estão na economia popular, incluindo-as-os em nossas atividades.

Às vezes temos grupos que sabem produzir bem, mas não sabem vender. Por que não trazer as-os vendedoras-es ambulantes, que em geral são excelentes vendedoras-es, para criar uma rede de vendas dos produtos da economia solidária? O desafio é estabelecer uma maior aproximação entre nós e espaços para aprofundarmos este debate. É preciso encontrar elementos onde possamos nos fortalecer mutuamente. Mas a nossa prática precisa ser inspiradora, não de cima pra baixo, sempre trabalhada de maneira horizontal.

Além disso, é necessário criar frentes de luta para modificar as políticas públicas que não estejam em concordância com o que defendemos, pois muitas destas políticas contribuem com a segregação da pobreza, dificultando o engajamento coletivo do indivíduo e a atividade produtiva dos empreendimentos solidários.

#### **d) Como denunciar as artimanhas políticas e técnicas do sistema dominante?**

O movimento de Economia Solidária precisa dedicar mais atenção a esta relação com a economia popular, pensando e organizando um projeto coletivo que possa trazer mais empreendedoras-es individuais para conhecer e fortalecer o projeto político da Economia Solidária. E ainda, termos estratégias para não criminalizarmos estas-es trabalhadoras-es e ao mesmo tempo diminuirmos as artimanhas políticas e técnicas do sistema.

E para denunciar as artimanhas e técnicas do sistema capitalista em relação a esta questão é preciso que busquemos quebrar o paradigma cultural, social e partidário que fortalece a-o empreendedor-a individual. Precisamos promover atividades educativas que permitam o conhecimento dos direitos e deveres, fortalecendo os grupos através de encontros, seminários, conferências e congressos para fundamentar-se diante das artimanhas do sistema dominante. Organizando-se com Movimentos Sociais, Fóruns e debates, e não consumindo os produtos do sistema.

Na política, precisamos votar de maneira cada vez mais consciente e não reeleger e eleger as-os políticas-os corruptas-os e que não tenham compromisso com as propostas anticapitalistas, identificando os atores e forças políticas que são contra a Economia Solidária. Outras estratégias são denúncias de grupo, passeatas, carreatas por meio de manifestações e abaixo assinados, com provas concretas e argumentos para lidar com um sistema que se aproveita da fragilidade do marco legal, do ponto de vista da democracia e do direito ao trabalho associado.

É necessário ainda dar mais visibilidade à luta que estamos fazendo, divulgar nossas ações na mídia, por exemplo a campanha de assinaturas da Lei Geral da Economia Solidária que já está nas ruas, e lutar para que a lei seja aprovada e que os grupos se apropriem de seu conteúdo.

## ***1.4 Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária***

Construir a Economia Solidária em um contexto de hegemonia capitalista é sempre um desafio que pode, por um lado, nos levar à construção de formas de trabalho e produção para a vida mais justas e menos opressoras, ou nos levar a experiências de geração de renda dependentes da lógica do capital, o que representa necessariamente um limite à autonomia dos empreendimentos solidários. A plena vivência da economia solidária na forma de nos organizarmos economicamente está relacionada com avançarmos cada vez mais em espaços regidos pela solidariedade, cooperação, bem viver e autogestão.

### **a) O que entendemos por mercado? Como projetamos que deva ser a economia?**

Mercado é um espaço de compra e vendas de mercadorias para consumirmos tudo que precisamos, espaço onde nos relacionamos para comercializar nossa produção, toda logística que envolve a comercialização de nossos produtos e serviços. São espaços onde ocorre a relação entre a produção, a comercialização, a troca e o consumo consciente, abrangendo outros aspectos de convivência entre as pessoas como as trocas de saberes.

Na Economia Solidária a construção dos mercados compreende a reflexão e o resgate dos costumes antigos de dividir com o próximo o pouco que se tem, fazendo troca e venda de produtos e serviços com aqueles que compartilham com os princípios do movimento, buscando um novo público: o consumidor consciente.

Historicamente o mercado, após a existência do capitalismo, tornou-se um espaço de relações complexas onde se instiga as necessidades, produção, poder de compras e estímulo ao consumo. Porém, estas relações quase sempre são descoladas das reais necessidades de vida das comunidades, onde a economia acontece. Na Economia Solidária temos que pensar o mercado na ótica da sustentabilidade que defendemos, ou seja, sustentável, não excludente, solidário e que envolva

também práticas não monetárias. Uma economia “partilhada” que busque a longo prazo a inexistência das-os exploradas-os e das-os exploradoras-es.

Enquanto lutamos para consolidar mercados econômicos solidários, ainda temos que nos relacionar com o mercado capitalista. Porém, esta relação deve se dar de forma consciente, rompendo com os processos de acomodação, aceitação e passividade.

Assim, o mercado para a Economia Solidária enraiza a relação entre demanda e oferta na vida comunitária, discutido de maneira ampla por cada uma delas e buscando tecer redes e cadeias entre empreendimentos econômicos solidários que busquem a promoção do desenvolvimento local sustentável nas comunidades. Para a construção deste tipo de mercado, várias estratégias poderão ser utilizadas, a exemplo dos mercados comunitários, do comércio justo, dos bancos comunitários e do estabelecimento de relações horizontais de trabalho.

Os fundos da economia capitalista, como fundos de responsabilidade social, podem ser usados desde que não percamos nossos princípios e nosso projeto de organização nas bases. Ou seja, depende de cada região e dos critérios, e não podemos perder de vista exigir políticas públicas para que hajam fundos direcionados para empreendimentos solidários.

Queremos uma economia participativa, solidária, justa, legal e economicamente viável, com juros mais baixos, produção e comercialização direta sem atravessadoras-es, aonde todas-os produzem e se beneficiem da renda de forma justa, participativa, onde as decisões são tomadas em grupo, havendo preço acessível e produtos de qualidade. Uma economia que envolva o trabalho da família, o coletivo, com Núcleos de Base (organizações nos locais e regiões com os grupos de produção e formação em Economia Solidária) onde haja a valorização da troca e que localmente se produza basicamente tudo aquilo que precisamos para viver.

Consideramos como crescimento econômico a divisão igual de bens e serviços respeitando a diversidade, a partilha, o trabalho colaborativo, a distribuição de riqueza, o respeito ao meio ambiente e a não exploração do trabalho. A Economia Solidária deve ter uma relação política com os governos que garanta sua autonomia e a afirmação do seu projeto, pois a nossa lógica acontece no território local, na comunidade e de baixo para cima. É por isso que devemos valorizar mais as riquezas da própria comunidade, consumir o necessário e não o supérfluo como induz a economia capitalista. Isso porque somos trabalhadores e trabalhadoras gerando nossas riquezas por meio de nosso esforço e força de trabalho.

Um projeto como este não se efetiva se não tivermos apoio governamental no que se refere à criação de espaços de comercialização, sejam eles institucionais, a partir das compras públicas, sejam eles a partir da lógica de criação de pontos fixos, feiras, revitalização de mercados públicos, entre outros. A parceria e o apoio dos governos nas três esferas é fundamental na constituição e consolidação destes espaços públicos que possuam a identidade da Economia Solidária, pois não queremos disputar com os locais de comercialização do grande capital, a exemplo de shoppings e supermercados que concretizam o oposto do que defendemos na Economia Solidária.

#### **b) O que entendemos por empreendimentos emancipados de um ponto de vista político e econômico? A construção da autonomia passa pela criação de outro tipo de mercado?**

Entendemos que os empreendimentos solidários devem visar a construção de uma nova sociedade com outro mercado, solidário e inimigo do capitalismo que só visa o lucro individual, através da exploração de um-a sobre o-a outra-o. Empreendimentos solidários emancipados são aqueles que se sustentam economicamente e que fazem sua própria gestão consolidando sua produção.

Emancipação é a-o produtor-a produzir, ter autonomia e um mercado solidário garantido. É quando o próprio grupo toma as decisões (o que fazer e como agir) em espaços coletivos, traçando os caminhos a serem trilhados para se tornar independente, assumindo erros e acertos. Além de gerar emprego e renda, leva em consideração a justiça social, o respeito ao meio ambiente e o

desenvolvimento local e regional. Empreendimento emancipado só acontece na prática quando os grupos não dependem de empréstimos, aluguéis e nem de favor político. Ou seja, tem “viabilidade econômica” efetiva, com capacidade de sobreviver com os resultados da sua força de trabalho.

A construção da autonomia passa pela construção de outro tipo de mercado, de um outro tipo de legislação que favoreça e dê condições de trabalho aos-às trabalhadores-as associados-as na construção de uma Economia Solidária, Justa e Sustentável.

A Economia Solidária não pode ser confundida com o "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais, não permitindo a emancipação de trabalhadoras-es, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma a emancipação de trabalhadoras-es como sujeitos históricos na sociedade.

A autogestão é o princípio gerador das ações na produção, comercialização e consumo, buscando a viabilidade econômica, política, social e ambiental. A emancipação política dos empreendimentos solidários só poderá acontecer se estes não dependerem política e economicamente da economia de mercado capitalista ou do Estado e sobretudo, quando tomarem consciência de que lado está. Afirmamos que a construção da autonomia passa por estabelecer outras formas de comercialização, um novo mercado.

Sair desse mercado capitalista é criar um mercado próprio, preocupando-se com o preço justo, sem destruir a natureza, mas usando o que a natureza dispõe gratuitamente, preocupando-se em repor à natureza o que dela retiramos. Temos nos dedicado pouco a esta construção que respeita as diferenças, prioriza os produtos regionais, se preocupa com a qualidade dos produtos e incentiva os pequenos grupos de produção.

Para construirmos na prática esta emancipação é necessário ter uma leitura real da sociedade para eleger prioridades: produzir para quem e para quê? Por isso precisamos ser criativos na (re)invenção do mercado, porque o mercado existente hoje não oferece as condições para os empreendimentos solidários, cuja lógica não é de grande escala, mas é carregada de forte sentido cultural, ligada aos povos e comunidades que a praticam. Como tornar os nossos empreendimentos sustentáveis economicamente? Temos muitos caminhos: um deles é pensar em produzir o que precisamos, para nós mesmos (redes e cadeias produtivas). Temos que nos contrapor ao capitalismo para viver em sociedade de forma diferente. A emancipação só irá acontecer quando iniciarmos uma articulação, discutir nossas necessidades: grupos de agricultoras-es, produtoras-es, artesãs--ãos, cooperativas de serviços, enfim, todas-os as-os que fazem a Economia Solidária, no bairro, na comunidade, na cidade, no estado, no país.

A emancipação é possível quando se atua com liberdade, autonomia, poder de decisão, influência e participação. Emancipação é resultado de um processo de conscientização, divulgação, informação e formação. Empreendimentos emancipados são aqueles que têm autonomia, não têm dependência política, econômica, são autogestionários, participativos e democráticos. A construção da autonomia passa pela criação de outro tipo de mercado, pois hoje o mercado capitalista é dominador, injusto, insustentável e desigual.

### **c) Como nos relacionamos com o mercado capitalista sem abrir mão de princípios, valores e práticas da Economia Solidária ?**

Nos relacionamos com limitação por ainda termos uma dependência do processo capitalista de mercado que visa o consumo desenfreado e sem critérios, induzido pela grande mídia.

Para articular com o sistema capitalista é preciso deixar claro que nossos produtos e serviços fazem parte de uma nova economia, porque estamos organizados em grupos cooperativos e associativos. Por isto precisamos investir na estratégia do selo ou da etiqueta que explique que o produto faz parte da Economia Solidária. Enquanto trabalhamos a construção dos mercados econômicos solidários, e por falta de opção, temos nos infiltrado no sistema, abrindo espaço sem abrir mão dos



princípios de Economia Solidária, deixando de comprar a prazo, deixando de emprestar dinheiro em bancos ou agiotas, sempre pensando antes como adquirir produtos através das redes de produção-comercialização. Mas, em paralelo a isto, devemos trabalhar projetos de organizações de produção e consumo sustentáveis como alternativas ao capital. Produzir e consumir de forma consciente, sempre valorizando o ser e não o ter. Por isto é fundamental a aprovação da lei voltada para a Economia Solidária para criar condições de construir um outro mercado.

Por outro lado, é fundamental que o Movimento de Economia Solidária continue lutando na perspectiva de garantir políticas públicas de finanças solidárias de financiamento aos empreendimentos solidários, a partir da criação do fundo público de apoio à Economia Solidária.

É similar a situação dos espaços existentes para a comercialização de nossos produtos e serviços, que são em número insuficiente, o que gera dependência quanto à busca incessante de espaços para comercialização que não promovem nossos princípios. Espaços de comercialização da Economia Solidária devem ser fomentados pelo poder público, que também deveria fiscalizar a ação das-os atravessadoras-es e controlar a concorrência dos produtos importados, ao invés de subsidiá-los.

Precisamos ainda democratizar os debates sobre os processos de certificação e os sistemas participativos de garantia, para que mais pessoas compreendam como estão ocorrendo e possam levar esta proposta para suas comunidades e empreendimentos, pois o que percebemos é que há pouco acúmulo nos estados sobre essa questão.

#### **d) Olhando para os territórios, o quanto temos nos dedicado à organização de redes e cadeias solidárias? Quais dificuldades encontramos?**

Na organização de redes e cadeias solidárias encontramos pouca participação dos grupos, das entidades de apoio e das-os gestoras-es nas reuniões de formação e nos debates. Mesmo com discussão falta recurso, união, formação para multiplicadoras-es na base e apoio político. A dedicação em uma rede solidária deve ser ampliada, com compromisso para comercialização do produto com selo da Economia Solidária. Há várias experiências interessantes em rede, como da cultura, da cadeia do leite, do Corredor do Extrativismo, centrais de comercialização, entre outras.

Precisamos reforçar a nossa estratégia de articulações em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo em nível local, territorial e estadual, através da organização de grupos para consumo consciente, estimulando as articulações para compras coletivas. Ou ainda, da promoção de eventos e feiras de trocas, resgatando práticas de trabalho em mutirão, trocas de mercadorias e moedas sociais.

Partindo dos grupos as ações ainda são tímidas, isoladas e pouco articuladas. Apesar da participação nos espaços de articulação da Economia Solidária (fórum, encontros, seminários, redes etc), para o processo de emancipação econômica e política dos empreendimentos ainda existem desafios e dificuldades tais como a logística, a comercialização, a centralização da informação, as dificuldades de formação, a comunicação, a divulgação e o escoamento da produção, talvez porque esta última ainda está pouco articulada com as necessidades locais.

Também é importante ampliar as nossas relações com os empreendimentos individuais, da economia popular e mostrar para eles que é mais vantagem participar de uma rede. Para eles, ainda faltam muitas informações sobre a maneira de produzir e se reunir para trabalhar em conjunto. Em algumas de nossas centrais de comercialização existem empreendedoras-es individuais e ambulantes que colocam seus produtos na praça em frente, e percebemos que nos tornamos concorrentes. Precisamos trabalhar a formação e a organização desses empreendimentos, discutindo coletivamente e refletindo porque existe o individualismo que faz ele vender sozinho. Em resumo, ainda está faltando muita organização, e para os empreendimentos solidários ainda é um desafio conseguir sobreviver somente dos ganhos do empreendimento que não são suficientes.



## ***1.5 Território e Territorialidade***

Construir a Economia Solidária na prática inclui olhar de perto para as pessoas, onde elas vivem, como se organizam para sobreviver, como utilizam e cuidam dos recursos que tem à disposição.

Olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem é fundamental para acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo. Se este desenvolvimento está contribuindo para uma sociedade mais justa ou a riqueza produzida não chega a trazer melhorias ao nosso entorno? Daí a importância de planejarmos nossas ações sem abrir mão da perspectiva do território, pois nos espaços de proximidade podemos trabalhar as dimensões da produção, da comercialização e do consumo de forma direta e articulada. Para avançarmos nessa perspectiva, sentimos a necessidade de avançar em alguns debates cujos acúmulos e desafios estão colocados a seguir.

### **a) O que consideramos como território?**

Conhecemos diversas políticas públicas que atuam com base no conceito de território. Temos aí os Territórios da Cidadania, os Territórios da Paz, etc. Para as políticas públicas, o território representa um recorte no espaço geográfico que apresenta algum conjunto de características em comum e que permita a implementação de ações articuladas e pautadas por uma política pública determinada. Ao trazermos este conceito para a Economia Solidária, é importante refletirmos sobre o que estamos considerando como território e qual a relação do nosso território com os territórios definidos pelas políticas públicas em geral.

Temos acordo que mesmo trazendo o conceito de território para o âmbito da Economia Solidária não devemos simplesmente transpor as divisões territoriais adotadas pelas políticas públicas, a não ser que em determinado contexto isso faça sentido.

Para a Economia Solidária o território é um espaço físico onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade.

A Economia Solidária também não restringe essa noção de território apenas aos empreendimentos solidários, às entidades de apoio e os-as gestores-as públicos-as que trabalham diretamente com a temática, pois é nesse espaço também que interagimos com outros movimentos sociais e com outros atores do local, como a economia popular. Se, por um lado, essa interação promove o fortalecimento de bases e potencializa as ações, lá também estão presentes as relações de poder, as disputa de projetos de sociedade e de economia. Assim, a construção de territórios na Economia Solidária deve respeitar as diferenças e construir as relações sociais, culturais, políticas e econômicas vividas pelas-os habitantes deste território a partir da vivência, dos valores e princípios da Economia Solidária, ou seja, o território é espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos. O território da Economia Solidária deve ser algo dinâmico e não imutável, deve estar em construção permanente e de forma autônoma pelo movimento, partindo de um planejamento estratégico que dialogue com a proposta política da Economia Solidária.

### **b) O que fazer para fortalecer a nossa identidade e disputar o projeto político?**

Nos territórios que estamos construindo é central a clareza de nossa identidade, de saber quem são os nossos parceiros e nossas estratégias, assim como quem são nossos adversários e seus mecanismos de manutenção e poder. Em alguns lugares, onde as redes se organizam, onde existe um número maior de empreendimentos solidários, onde há uma maior organização do fórum, já conseguimos ver esta identidade.

Para fortalecer nossa identidade é fundamental aliarmos dois movimentos. O primeiro tem como foco gerar o reconhecimento a partir da vivência, do cotidiano e da cultura locais. Nesse sentido é

necessário que seja feito um resgate da história e das tradições locais, encontrando e trabalhando os elementos que possam servir de referência. O segundo movimento é buscarmos estratégias para a criação de identidade entre os atores deste território, com os princípios e valores da Economia Solidária.

Para ambos os movimentos é importante que esse processo de construção da identidade passe pelo envolvimento dos atores em ações práticas, seja nas cotidianas da Economia Solidária, seja em estratégias mais amplas de luta por pautas de interesse comum. A vivência das experiências e a cumplicidade na luta são elementos potentes para a criação, desenvolvimento e fortalecimento da identidade de um grupo em torno de elementos comuns, na superação de divergências e disputas no território. A clareza do que nos une no local e nos valores é o que possibilita ampliarmos a adesão ao movimento de Economia Solidária pelas pessoas que compartilham a mesma realidade e os mesmo valores, trazendo as-os vizinhas-os, amigas-os e familiares para essa luta, articulando experiências isoladas nas dinâmicas de fórum e outros espaços do movimento.

Ainda é necessária a realização de formação política dos atores locais para a ampliação da consciência crítica. A Rede de Educadoras-es em Economia Solidária pode auxiliar na divulgação da concepção e das práticas da Economia Solidária através de espaços de formação.

O foco no território não deve ocorrer em detrimento do desenvolvimento de ações que articulem as pautas de nível local, estaduais e nacional do movimento de Economia Solidária, sejam estas pautas de articulação política ou mesmo de articulação comercial (fóruns, cadeias, redes, etc.).

**c) Que estratégias utilizar para identificar nos territórios os atores e movimentos sociais aliados para articularmos forças que ajudem no desenvolvimento territorial, solidário e sustentável?**

Temos que organizar estratégias para identificar e buscar nos territórios os potenciais aliados, no esforço de trazê-los para a nossa pauta, e ainda de tornar a Economia Solidária mais visível e com pautas mais explícitas, esclarecendo nossa proposta para a sociedade e apostando que isso possa gerar identificação e um processo de adesão espontânea.

Ao buscar os atores e movimentos sociais, podemos recorrer à realização de mapeamentos nos territórios ou recorrer a mapeamentos já existentes que apontem de alguma maneira a existência de debates que dialogam com nossas pautas, como a defesa da vida e de direitos ou que viabilizem a realização de parcerias locais para pensar as relações econômicas com os nossos princípios no território.

Por outro lado, atuando e falando sobre Economia Solidária é possível atrair e identificar outros atores no território (empreendimentos solidários, gestores públicos, entidades de assessoria, outros movimentos, etc.), sendo assim possível aos poucos envolvê-los no debate, criando estratégias de convergência.

As estratégias de articulação desses atores com a nossa luta e criação de espaços de convergência pode se dar de várias formas e em vários níveis, desde a tentativa de integrá-los à dinâmica dos fóruns ou partindo da formação de redes, até a proposição de estratégias que, embora não incorporem esses atores nas nossas instâncias, busquem identificar, dinamizar e criar os projetos comuns entre os diversos grupos pertencentes ao território, fazer manifestações em busca de nossos direitos e avançar rumo ao nosso projeto de sociedade.

**d) Como articular a ação no território com a luta mais ampla do projeto político?**

Este é um ponto que precisa ainda ser aprofundado. No momento podemos apontar que é necessária a construção de um sentimento de pertencimento ao movimento de Economia Solidária. A participação em espaços que ampliem a formação para a cidadania, através da realização de debates políticos mais amplos e do incentivo à frequência dos atores em instâncias de participação popular (como conselhos, orçamentos participativos e conferências) pode contribuir com a ampliação do

entendimento sobre o próprio território e sobre as formas de fortalecer a luta.

De qualquer maneira, articulando as ações do território com as ações dos Fóruns – em seus vários níveis – essas ações podem ganhar vulto e vir a somar com o projeto político mais amplo da Economia Solidária.

## **1.6 Diversidades**

### **a) Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas?**

A sociedade capitalista estrutura-se em processos de desapropriação do trabalho em suas mais diferentes perspectivas. Esta desapropriação para organizar-se e consolidar-se exige outras estruturas de desigualdade e exclusão. Assim raça, gênero, geração, orientação e expressão sexual, deficientes físicos, povos e comunidades tradicionais tornam-se marcas de diferenciação e hierarquização.

Compreendemos que gênero e raça são elementos estruturantes das desigualdades sociais no país. O machismo e o racismo estão presentes nas construções sociais que reforçam lugares para mulheres, negros e negras no mundo do trabalho. A desvalorização do trabalho feminino se dá pela associação da mulher ao espaço doméstico, reprodutivo e privado, e do homem ao espaço da produção, do público.

A mulher continua, assim, submetida a uma estrutura patriarcal na qual ainda não atingiu o mercado de trabalho em condições de igualdade com o homem, apesar do significativo aumento de escolaridade. Esta desigualdade se expressa na presença hegemônica das mulheres nos espaços da Economia Solidária, que apresenta um desafio ao tentar equilibrar suas ações no âmbito produtivo e reprodutivo, e afirma de forma contundente a necessidade de redefinirmos a forma como refletimos sobre o trabalho. Queremos avançar em ações afirmativas no interior dos espaços de representação da Economia Solidária nos Fóruns Estaduais e no Brasileiro. Para isto é necessário construir e fortalecer a auto-organização das mulheres, negros e indígenas, com GTs de discussão; elaboração e articulação de propostas de políticas com abordagens específicas, que garantam a integração das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo e as especificidades raciais.

A Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista e racial, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho; recolocando o olhar para o trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária é determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos.

### **b) Como evidenciamos as diversidades na nossa organização, nos fóruns, empreendimentos e organizações?**

O reconhecimento das diversidades pela Economia Solidária também significa afirmar os setores historicamente marginalizados na sociedade, tais como negras e negros, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, pessoas com diferentes orientações sexuais, distintas gerações, portadoras de deficiência, que se encontram presentes nas organizações da Economia Solidária.

Faz-se necessário avançar na compreensão, solidariedade e, sobretudo, no respeito, para entender as questões apresentadas pelas diversidades, procurando sempre melhorar o bem comum. Assim, estas temáticas precisam estar presentes nos diversos processos educativos dinamizados pelo movimento da Economia Solidária.

### **c) Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?**

Apontamos que para a superação destas desigualdades fazem-se necessárias novas formas de integração e reconhecimento das identidades culturais para além da cultura capitalista. É preciso ter uma quebra de paradigmas. É preciso avançar na superação dos preconceitos.

Reconhecemos as mudanças que estão ocorrendo através da aprovação de algumas novas leis, como a Lei de Cotas Raciais nas Universidades (Lei 152.711/2012), ações pelo reconhecimento de casamentos homoafetivos, pela garantia dos territórios quilombolas e indígenas, pelo respeito às manifestações religiosas, mas estas ações ainda mantêm-se distantes de expressarem concretamente mudanças no conjunto da sociedade.

Afirmamos que uma sociedade diversa, plural e complexa deve ser uma estratégia na organização do movimento de Economia Solidária, de forma a garantir o diálogo com outros movimentos sociais, para além da afirmação de qual sociedade queremos e precisamos. Por outro lado, estes debates devem ser organizados a partir das Plenárias e Fóruns de forma a articular o conjunto das ações em torno de princípios comuns. Reconhecemos, assim, as bandeiras destes movimentos sociais, já que estes lutam pela igualdade social, e a Economia Solidária pensa, busca e constrói uma forma de desenvolvimento digna, sustentável e justa para todos e todas.

Em nosso movimento, as mulheres começam a se organizar para enfrentar a desigualdade entre sexos. Suas principais bandeiras políticas partem de alguns eixos de atuação: a resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal buscando um outro jeito de produzir, reproduzir e viver; a denúncia das práticas de violência contra às mulheres e da mercantilização do seus corpos e exploração do seu trabalho transformando as relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida: social, econômica, afetiva e política. A promoção de uma sociedade justa, solidária e sustentável, com base nas experiências de Economia Solidária, superando o patriarcado e o capitalismo.

## ***1.7 Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado***

**a) Quais as prioridades para garantir a visibilidade da economia solidaria tanto na relação com a sociedade, quanto com o Estado?**

*Nota da Comissão Organizadora: de uma forma geral a visibilidade se relaciona com a comunicação e divulgação externa, com as estruturas legislativas, e também com a forma como estamos organizados. Muitas foram as propostas de ações e atividades trazidas para este tema, mas sendo este o eixo de orientação política, a equipe de sistematização optou por manter neste ponto do documento apenas as concepções e orientações, e levar para o Eixo 2 as propostas de ações sugeridas pelas Plenárias Estaduais.*

O movimento precisa avançar na conscientização da sociedade para que a população entenda o que é Economia Solidária. Muitos fazem, usam, praticam a Economia Solidária, mas não sabem que a estão praticando. O público da Economia Solidária é muito maior do que podemos imaginar, e portanto esta aproximação deve avançar de diversas maneiras, acolhendo os grupos/pessoas que vivem destas práticas para torná-las cidadãs e engajá-las no movimento. O movimento que queremos deve ser construído de dentro para fora, priorizando, na sua relação com a sociedade, a prática da autogestão, com formação política e educacional para fortalecer a sociedade organizada e as lideranças do movimento. Neste sentido, é importante refletir muito ainda sobre a forma como estamos nos relacionando com o Estado no Brasil em seus diferentes níveis, principalmente no que se refere ao debate sobre a economia para aprofundar o debate político.

A criação de leis e estruturas no estado e governo também ampliam a visibilidade, na medida em que reconhecem a Economia Solidária como direito econômico e estratégia de inclusão social,

como um meio de resgate da pessoa e preservação da vida em todas as suas esferas.

No aspecto interno, temos que buscar uma melhor organização e o fortalecimento político dos fóruns, desde o local, estadual e nacional, e ainda estimular a criação de novos. Isso amplia a identidade do movimento de Economia Solidária e respalda os fóruns enquanto instância política. Devemos, para isso, estimular e valorizar os meios de afirmação da Economia Solidária como movimento social contra o capitalismo, com unidade de luta. Os meios desta afirmação podem ser a divulgação das pautas dos fóruns, seu compartilhamento nos três níveis do FBES e a presença da coordenação do fórum nos conselhos, dialogando com outros movimentos sociais e empreendimentos. Temos também que nos apropriar, divulgar e realizar processos educativos para que as bases possam utilizar melhor os mecanismos de comunicação e articulação do movimento, a exemplo do Cirandas, pois estas são ferramentas que fortalecem os processos de informação e divulgação.

É importante que possamos criar dinâmicas para divulgar as diretrizes e bandeiras desta nova opção de vida para a sociedade nos mais diversos espaços sociais. Isto contribui para que possamos garantir a qualidade e identidade (a marca) dos produtos e serviços da Economia Solidária, fortalecendo as relações nos territórios para ampliar e fortalecer as dinâmicas que os sujeitos sociais da Economia Solidária buscam estabelecer em cada um deles.

**b) Quais critérios temos para estabelecermos nossa relação com o Estado? Como isto se relaciona com um novo marco regulatório para a relação do Estado e com as organizações da sociedade civil?**

*Nota da Comissão Organizadora: Também nesta questão diversas foram as propostas de ação para políticas públicas e marco legal transferidas para o eixo 2. A comissão nacional de sistematização guardou neste eixo apenas alguns pontos que são importantes para uma melhor definição do projeto político, embora de certa forma se assemelhem às ações. A quantidade de ações indicadas nos relatórios estaduais em termos da relação com o Estado, revelam que esta é uma temática que temos aprofundar. No entanto o processo de sistematização revela ainda uma constatação que devemos refletir que é: há um número maior de ações propostas para que o estado cumpra (para fora) do que ações que levem o movimento a uma maior incidência no processo de consolidação de políticas públicas para a Economia Solidária (para dentro). Assim, a maior parte destas ações foram levadas para o Eixo 2 e aqui aparecem apenas aquelas que têm maior incidência no projeto político, organizadas em três grandes aspectos: a) **Orientações para o movimento de Economia Solidária na incidência junto ao estado (interno); b) Orientações para o poder público e para os gestores públicos (externa); c) Orientações na relação do movimento de Economia Solidária com o estado.***

Ainda não há políticas públicas permanentes e consolidadas para a Economia Solidária, apenas alguns programas e ações marginais, pulverizados na estrutura de Estado. Esta situação precisa mudar, para que as ações sejam diretas e não dependam do governo que esteja no poder, e ainda, que as legislações existentes sejam colocadas em prática. Para isso, o movimento precisa estar organizado, intensificando e qualificando suas intervenções através dos fóruns, conselhos e da participação popular (audiências públicas, intercâmbios entre empreendimentos, etc.) e buscando promover o intercâmbio de boas práticas de gestão de políticas públicas de Economia Solidária entre as/os gestoras-es públicas-os.

Percebemos que a conjuntura está desfavorável para termos força para efetivar nossas proposições ao Estado, nas diferentes esferas de governo, pois o Estado brasileiro se desenvolve de forma desigual e classista. No entanto, como a Economia Solidária se apresenta enquanto uma alternativa para toda a sociedade, nossa relação com o Estado não deve ter caráter de classe. Estamos descontentes quanto às políticas de Economia Solidária ligadas a secretarias municipais e estaduais que submetem a Economia Solidária à lógica da micro e pequena empresa.



### **Orientações para o movimento de Economia Solidária na incidência junto ao estado (interno):**

Para que possamos estabelecer uma relação qualificada com o Estado, é necessário que, em primeiro lugar, possamos olhar para nós mesmos, avaliando como temos agido e o que precisa ser modificado. Só é possível modificar a nossa relação com o estado e ser respeitados nesta relação na medida em que buscamos garantir:

- A Organização e fortalecimento dos fóruns, com o comprometimento de seus integrantes e estratégias que nos fortalecem como movimento organizado, com demandas claras e organizadas em conjunto. O desenvolvimento de processos educativos que visem esta atuação, apoiando a participação efetiva nos conselhos, no orçamento participativo e nas comissões. Tais processos visam ainda compreender como funcionam os instrumentos do Estado, sem ter medo de discutir o marco legal porque parece sempre difícil, elaborando propostas claras de incidência e estimulando a criação de conselhos e leis.
- O Fortalecimento da campanha pela lei nacional, intensificando a coleta de assinaturas pela criação da lei.
- O conhecimento e a articulação com os parlamentares que praticam a Economia Solidária, que a vivem na sua função parlamentar, separando daqueles que só aparecem de vez em quando. Isto é necessário para que possamos, nos três níveis do poder legislativo, fortalecer uma verdadeira bancada solidária.
- Compreender, esclarecer e divulgar as leis existentes, inclusive as que regem os conselhos, e seu funcionamento, dando visibilidade nos fóruns através de material impresso ou por meio das assessorias, por exemplo.

### **Orientações para o poder público e para os gestores públicos (externa):**

Um segundo bloco de questões, refere-se à atuação do poder público e portanto não está apenas em nossas mãos para que aconteça. Neste sentido, é preciso refletir sobre o papel da rede de gestores públicos de Economia Solidária. São orientações para o poder público e para os gestores públicos:

- Intensificar a luta pelo aumento de recursos orçamentários para a Economia Solidária, considerando-a como estratégia central do desenvolvimento a nível local, regional e nacional.
- Aumentar o compromisso, a responsabilidade, as parcerias e o empenho com a Economia Solidária por parte do poder público brasileiro, respeitando a diversidade dos nossos empreendimentos solidários e entidades de assessoria.
- Garantir a execução do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) nos municípios como direito político.
- Buscar construir políticas de incentivos fiscais governamentais (redução de impostos), e prioridade na lei de licitações (8666/93) aos empreendimentos de Economia Solidária.
- Incentivar a capacitação dos gestores públicos sobre Economia Solidária, inclusive no que se refere à sua relação com o fórum.
- Defender a criação de políticas voltadas para Economia Solidária, respeitando a diversidade ambiental, cultural, de gênero, autonomia dos povos etc.
- Garantir que a Economia Solidária se torne uma política pública de estado, a partir do marco legal, da avaliação e consolidação, saindo da fase de experimentação dos últimos 10 anos. Tais políticas devem ser condizentes com realidade de cada região brasileira, com a gestão compartilhada, garantindo o apoio e a autonomia do movimento.
- Fomento direcionado para o fortalecimento das iniciativas de base, principalmente os



empreendimentos solidários.

- Implantação e implementação da Lei Geral da Economia Solidária, criação das leis estaduais e municipais, buscando agir de maneira mais eficiente em seus processos de regulamentação.

### **Orientações na relação do movimento de Economia Solidária com o Estado:**

O último bloco de questões refere-se a como o movimento de Economia Solidária se relaciona com o Estado no fortalecimento do seu projeto político. Necessitamos de um maior aprofundamento com relação a este ponto e sobre como temos agido em nível nacional, estadual e local. Observamos que a conquista da implantação de políticas públicas e do fomento nas três esferas federativas não é um objetivo final, mas uma estratégia que envolve a conscientização do poder público e da sociedade sobre os princípios da Economia Solidária. Assim, afirmamos as seguintes orientações para esta relação:

- Criar canais de comunicação e articulação direta com o Estado, mostrando soluções e nossa proposta de sociedade, afirmando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Maior divulgação das práticas que estão dando certo na Economia Solidária.
- Criar uma maior articulação entre as ações do poder público e o movimento de Economia Solidária em todas as esferas, construindo estratégias de implementação de políticas públicas integradas, sem que o movimento deixe de pressionar o governo.
- Atuar de maneira participativa, igualitária e horizontal nas decisões de políticas públicas, construindo a política com o movimento de Economia Solidária, assegurando que beneficiem a sociedade civil. Por exemplo: A criação de leis pode ocorrer a partir de uma audiência pública com secretário de estado e prefeito, entregando documento com solicitações e realizando uma discussão sobre Economia Solidária, abordando: o que é Economia Solidária, importância, criação da lei e apoio aos empreendimentos.
- Buscar apoio do Estado para os empreendimentos, desde que seja respeitada a autonomia dos mesmos.
- A criação de leis pode ocorrer a partir de uma audiência pública com secretário de estado e prefeito, entregando documento com solicitações e realizando uma discussão sobre Economia Solidária, abordando: o que é Economia Solidária, importância, criação da lei e apoio aos EES.
- Construir estratégias, aprofundando processos de articulação política para que candidatos a cargos representativos conheçam, defendam e representem a Economia Solidária;
- Desburocratizar a relação estado-sociedade, em especial do acesso dos empreendimentos solidários às políticas públicas, respeitando as diferenças étnicas, culturais e sociais.
- Fazer incidência em todos os níveis de governo para que aconteça a reforma do marco regulatório como estratégia para avançar em reformas estruturantes.

### **c) O que consideramos prioritário na articulação com os outros movimentos em nível nacional e internacional?**

Considerando que a Economia Solidária é uma forma de transição ao socialismo, é necessário aglutinar todos os movimentos sociais (sindical, popular, estudantil, urbano e rural), sem sectarismos, no sentido de buscar articulações com os diferentes setores da classe trabalhadora, na construção de diálogos e convergências para realizar agendas e mobilizações continuadas, evitando ações pontuais. Assim, afirmamos a importância da integração, articulação e unificação de objetivos e propostas de luta com movimentos sociais afins à causa da Economia Solidária. No entanto, a avaliação é que temos muitos desafios nesta articulação, pois a relação ainda é tímida e com pouca

transparência.

É importante mapear os movimentos, conhecer o que já vem sendo feito, estabelecer diálogos e parcerias possíveis, no intuito de somar forças junto às redes existentes. Por exemplo, definindo territórios quilombolas e indígenas passíveis de reforma agrária, e ainda do diálogo com o movimento feminista, pois reconhecemos o papel das mulheres na Economia Solidária, haja visto as dificuldades enfrentadas na dupla jornada (trabalho e casa) e na institucionalização do trabalho feminino, sem perder de vista o reconhecimento da atuação dos homens no movimento, pois a Economia Solidária não é de um único gênero. Também é destacado construir relação mais orgânica com a CUT, com o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras, com os movimentos populares da cidade e do campo.

**d) Que prioridades definimos para a nossa atuação em espaços internacionais que já participamos, a exemplo da RIPESS e do Espaço por um Mercosul Solidário?**

Atualmente a Economia Solidária está em pauta no mundo. O debate sobre essa nova proposta de organização da sociedade está gerando um ambiente de construção de uma identidade Internacional, em especial na América Latina. O Brasil é referência entre os atores internacionais que debatem esse tema. Já promovemos e participamos, via Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de diversos eventos internacionais que debatem a Economia Solidária em suas várias dimensões, além de integrar a coordenação de espaços de articulação internacional como é o caso da RIPESS.

A participação nesses espaços deve ser potencializada, pois essa relação promove contatos internacionais que ampliam nosso conhecimento sobre a diversidade de soluções encontradas mundo afora para as questões que enfrentamos, como a formulação de leis, arranjos culturais e trocas políticas e econômicas, o que enriquece nossa atuação. Por motivos como esses, orientamos que o FBES deve intensificar sua atuação em espaços como a RIPPES e o Mercosul Solidário, mas o movimento deve indicar quais as prioridades que pautem a nossa participação para que possamos incidir com qualidade nos espaços do MERCOSUL, na PANAMAZONICA e outros.

Outro aspecto é o distanciamento dos debates que temos estabelecido nestes espaços, que indica a necessidade do estabelecimento de uma estratégia de retroalimentação entre bases e representantes sobre o conteúdo dos mesmos. Isso aponta um desafio para o movimento de garantir a participação nos espaços de articulação internacional que não seja restrito à coordenação executiva, mas que haja possibilidade de participação de membros dos fóruns locais.

**e) Observando a estrutura de participação no sistema político brasileiro, quais mudanças propomos?**

O movimento de Economia Solidária aponta para a necessidade de construirmos uma nova cultura política pautada nos nossos princípios que oriente a ação dos atores do movimento de Economia Solidária e que isso possa, inclusive, pautar nossa ação junto aos espaços governamentais. Nesses espaços é importante que, além de ampliar a participação do tema Economia Solidária, haja também um esforço para tentar ampliar a participação da sociedade civil nas instâncias que deliberam e implementam políticas públicas para o nosso campo. Temos que avançar no sentido da desburocratização do Estado e da construção de espaços de maior participação popular para que possamos avançar na defesa da democratização econômica, que é uma pauta de interesse público.

## **EIXO 2 - Orientação das ações do movimento**

*Nota da Comissão Organizadora: No processo de sistematização dos relatórios estaduais, a Comissão de Sistematização fez um trabalho de compilação das orientações da ação do movimento, com o cuidado de considerar neste percurso nossos avanços e desafios. A comissão buscou trazer principalmente para este eixo os elementos novos que significam avanços em relação ao que consolidamos na IV Plenária, enquanto lutas e bandeiras prioritárias. Assim sendo, através de um esforço de síntese da nossa caminhada desde a IV Plenária e do que os debates estaduais trouxeram no processo preparatório à V Plenária, o documento apresenta estas novidades, ao mesmo tempo que indica desafios que deverão ser superados pelo movimento.*

*Muitas das questões apontadas pelos relatórios estaduais reafirmam elementos que já estavam presentes na IV Plenária, o que parece indicar duas coisas: a) as pessoas que participaram das plenárias estaduais não conhecem de maneira aprofundada o que construímos na IV plenária; b) existem bandeiras e propostas de ações que são reafirmadas porque ainda não conseguimos efetivá-las na prática. Estas constatações orientam de certa forma o FBES, desde os fóruns estaduais e locais, a se organizarem estrategicamente para que em cada região, município ou território possam construir formas de lutar pela implementação de nossas bandeiras internas e externas.*

*Novas questões e eixos prioritários também aparecem, a partir da própria orientação dada*

*para a V Plenária. Neste eixo temos a síntese nacional das indicações estaduais para cada um dos temas presentes no documento orientador: marco legal; educação e cultura; estratégias econômicas; integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas; e comunicação e visibilidade.*

## **2.1 Marco Legal**

Uma das questões centrais para que a Economia Solidária se consolide como campo de políticas públicas e, sobretudo, como estratégia de desenvolvimento econômico e social, é a alteração da legislação em vigor de modo a permitir aos empreendimentos solidários uma maior autonomia e possibilidade de fortalecimento no cotidiano de suas práticas.

Já na IV Plenária, afirmávamos a necessidade de fortalecimento deste campo e indicávamos a importância de criar o conceito de Economia Solidária de um ponto de vista jurídico e legal, para que o Estado brasileiro em suas diferentes esferas de governo, pudesse reconhecê-la como um direito e pudesse, a partir desta definição, avançar na consolidação das políticas públicas na área, reconhecendo nossas práticas e dinâmicas jurídica e legalmente.

Esta é uma luta difícil e complexa, pois implica em modificar e transformar o Estado brasileiro na sua relação com o capitalismo. Na IV Plenária afirmávamos ainda que “apesar da Constituição Federal fazer referência a um país solidário, não é acompanhada por leis específicas sobre o tema”, sobretudo, no que se refere à definição da especificidade do estatuto do **Empreendimento Econômico Solidário**, pois ainda é difícil definir critérios que garantam a diversidade presente em nossas práticas, e a legislação das cooperativas e das associações não são suficientes para dar conta desta realidade.

Existe também uma disputa clara neste campo que é pano de fundo no debate e se coloca junto à OCB (Organização das Cooperativas Brasileira), que agrega as cooperativas empresariais no Brasil, e não está no campo da Economia Solidária. Além disso, as novas dinâmicas do capitalismo criam outras iniciativas como a chamada “responsabilidade social”, que nem está no campo da Economia Solidária nem se coloca como empresarial, mas que evidentemente não se compromete com as lutas de transformação social e econômica, o que em outros países vem gerando um novo estatuto jurídico nas chamadas “empresas sociais”. Apesar desta formulação ainda não ter chegado ao Brasil, temos que nos manter alertas e críticos.

Quando analisamos os resultados da IV Plenária, observamos que muitas propostas ainda se mantêm e se reafirmam, embora alguns avanços possam ser percebidos, conforme indicado no balanço que se segue.

### **Balanço**

No eixo do marco legal destacamos como avanços e desafios:

- Por um lado, avançamos em termos da elaboração de uma proposta de Projeto de Lei Geral da Economia Solidária, e o início da campanha de assinaturas da lei de iniciativa popular. Entretanto, ainda apresenta-se como desafio o alcance das metas de assinaturas por estado e a articulação política necessária para que a lei chegue com força ao congresso nacional;
- A criação de leis municipais e leis estaduais de Economia Solidária, em vários

municípios/estados, pode ser vista como um avanço, mas basta aprovar as leis, é preciso lutar pela sua regulamentação e implantação nas realidades. Também precisamos avançar para que todos os estados e municípios brasileiros criem e implementem a sua legislação;

- Há conquistas frente à criação de espaços de controle social das políticas públicas com a criação de conselhos nas esferas municipais e estaduais, porém ainda não conseguimos ter conselheiros que façam incidência qualificada e articulada com as pautas do movimento nestes espaços;
- A criação em nível nacional da Frente Parlamentar da Economia Solidária, com o início de um diálogo sobre as pautas legislativas foi positiva e se refletiu em alguns estados e municípios, mas ainda precisamos continuar lutando para que esta relação com o poder legislativo aconteça em 100% dos estados e municípios;
- A proposição da lei de finanças solidárias foi um avanço, mas ela ainda não é uma realidade;
- A ampliação do acesso às políticas públicas, em função da criação dos marcos regulatórios em alguns estados e municípios é em si um avanço, mas não basta aprovar as leis, é preciso lutar pela sua regulamentação e implantação nas realidades;
- A realização das audiências públicas em muitos estados para discutir os destinos da política nacional, mostrando a coesão e unidade do movimento mostra nossa força quando trabalhamos em conjunto e de forma organizada;
- A Realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária, incluindo o seu processo preparatório de realização de conferências temáticas também faz o movimento avançar e trazer novos horizontes para o marco legal;
- O decreto que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SNCJS é outro avanço, embora ainda seja desafio dar vida ao sistema;
- Vemos também como avanço a aprovação do decreto que institui o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC, embora logo após a criação do decreto lei, o programa tenha deixado de receber recursos governamentais, o que inviabilizou a manutenção da estratégia para o qual foi criado;
- A nova lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/2012) avança no sentido da redução para 07 membros na constituição de uma cooperativa, porém a regulamentação trabalhista penaliza os pequenos empreendimentos;
- A proposta de lei das cooperativas sociais continua tramitando no congresso nacional;
- Alguns estados e municípios têm conseguido avançar em termos da tributação específica para os empreendimentos econômicos solidários, mas em nível nacional ainda temos que avançar muito nesta área;
- O PAA e o PNAE são programas governamentais que refletem mudanças na legislação brasileira em termos do acesso aos mercados institucionais pelos empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, embora muitos desafios ainda se apresentem para que tais programas se consolidem nas realidades municipais e estaduais;
- Alguns estados e municípios criaram legislações próprias para o acesso aos mercados

institucionais (compras dos produtos e serviços da Economia Solidária pelo estado), mas em nível nacional isto ainda não aconteceu de maneira efetiva;

- Já o Projeto de Lei Geral das Cooperativas (PLS 3/2007 e 153/2007), que moderniza a atual Lei 5764/73, não avançou desde a época da IV Plenária Nacional.

### **Orientações para a Ação**

As propostas abaixo são direcionadas tanto para o movimento de Economia Solidária em termos da sua incidência junto ao poder público em suas diferentes esferas, quanto para o poder público e gestores públicos:

- Continuar a luta para conquistar a aprovação da Lei Geral da Economia Solidária, criando um grupo de trabalho específico do FBES para acompanhar este processo no Congresso Nacional. Intensificar a divulgação da campanha e a coleta de assinaturas nos estados, com um grande mutirão, garantindo assim o cumprimento das metas estaduais;
- Organizar-nos e lutar para criar as leis de Economia Solidária, fundos e conselhos, nos municípios e estados para garantir os direitos do-a trabalhador-a associado-a, onde ainda não existem, criando grupos de trabalho para acompanhamento das tramitações dessas leis nestes estados e municípios;
- Em cada estado e no nível nacional buscar reduzir as burocracias para o acesso aos selos de certificação dos produtos (SIF, SIM, selo da agricultura familiar, etc.) para garantir a legalidade dos processos de comercialização e a certificação estadual dos empreendimentos da Economia Solidária;
- Democratizar o debate sobre o marco legal em nossos fóruns, estabelecendo vínculos com os eixos da educação e cultura, estratégias econômicas, comunicação e viabilidade e território e territorialidades;
- Avançar na democratização do acesso ao conhecimento da lei de licitações e contratos (8.666/93), buscando influir na sua modificação e adequação à realidade dos empreendimentos econômicos solidários;
- Constituir Frentes Parlamentares de Economia Solidária, com a participação popular, nos estados e municípios;
- Intervir nos processos eleitorais com o objetivo de inserir a Economia Solidária nos programas de governo/municipais e nas plataformas dos mandatos de deputados/vereadores;
- Lutar pela criação de fundos públicos estaduais e municipais específicos para a Economia Solidária, que estabeleçam uma porcentagem do orçamento para cada Secretaria envolvida com a política estadual ou municipal de Economia Solidária;
- Fortalecer a luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, no que se refere à legislação e as ações do movimento contra a incineração do material reciclável;
- Continuar propondo/lutando pela criação do Ministério de Economia Solidária, ou Secretaria Especial, com fundo, estrutura administrativa e operacional com autonomia nos níveis federal, estadual e municipal;



- Fortalecer o GT de Marco Legal do FBES, fazendo com que seja ele o responsável pela incidência junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Realizar estudo do impacto da legislação referente ao Micro empreendedor Individual (MEI) na Economia Solidária, identificando seus impactos negativos e positivos;
- Buscar um formato com tributos menores que possibilite a comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ex. similar ao que foi concedido às microempresas);
- Buscar incidir na destinação de percentuais (no mínimo 10%) dos recursos provenientes dos royalties do pré-sal e gás natural, bem como, dos recursos provenientes dos royalties das hidrelétricas para investimentos em políticas públicas de Economia Solidária. Lutar pela constituição de um fundo público para a Economia Solidária, inclusive com recursos oriundos do pré-sal;
- Fomentar a criação da lei dos Fundos Perdidos destinados para os Bancos Sociais, garantindo uma porcentagem desses fundos para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento;
- Para a Lei Geral das Cooperativas (PLS 3/2007 e 153/2007):
  - Que sejam reconhecidas centrais com 100 cooperativas
  - Garantir o direito a não filiação a centrais.
  - Reduzir a tributação com a redução do número necessário de cooperados para iniciar uma cooperativa.
  - Criar “supersimples” das cooperativas.
- Acompanhar e monitorar a implantação do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho-PRONACOOOP, como fundo público criado pela Lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/2012);
- Lutar pela ampliação da dotação orçamentária (municipal, estadual e federal) para a Economia Solidária;
- Elaborar cartilhas para divulgação da lei das cooperativas aos empreendimentos solidários, contemplando os principais pontos da Lei que estão relacionados com as iniciativas solidárias, esclarecendo quais mecanismos de reivindicação os empreendimentos solidários possuem.

## ***2.2 Educação e Cultura***

Compreendemos que todas-as somos educadoras-es e educandas-os, que a educação na Economia Solidária se faz no processo de produção e reprodução da vida e cumpre um papel preponderante de mediação e contribuição para as transformações sociais. A relação entre cultura e Economia Solidária pode ser compreendida como reconhecimento, valorização e respeito à diversidade popular e social, na construção de uma nova identidade que tem na autogestão, no trabalho associado e no território sua expressão. Neste sentido, a Economia Solidária se articula à cultura em seu caráter de resistência e da produção de um outro projeto de sociedade.

A articulação da Economia Solidária à educação e cultura se ancora nas práticas e conceitos da educação popular, de saberes e conhecimentos coletivos e livres. A partir da educação popular, nosso horizonte está em avançar na vivência sobre a Pedagogia da Autogestão por meio:

- da gestão participativa das/os trabalhadoras-es na construção e no desenvolvimento das atividades formativas nos empreendimentos, redes e comunidades.
- de momentos de reflexão e pesquisa, sobre os processos coletivos de gestão e organização da produção, da vida material e social, como elementos de experimentação no local de trabalho. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e produção de saberes coletivos.
- do território como ponto de partida para imersão na realidade

A Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo e ato político, na construção de conhecimentos e de relações sociais que rompem com a cultura individualista, patriarcal e da divisão sexual do trabalho.

É fundamental reconhecer que existem relações de poder entre mulheres e homens e que as mulheres ocupam um lugar de desvantagem na sociedade. Essa questão está baseada no pensamento patriarcal, pelo qual existe uma superioridade dos homens em relação às mulheres. É preciso desnaturalizar esse pensamento e isso deve passar por um processo de educação, visando acabar com as desigualdades e a opressão vivida pelas mulheres.

A educação em Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora e reconhecer as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres.

A construção do conhecimento, quando baseada nestes princípios, se dá a partir da ação-reflexão-ação, baseada na prática vivida e refletida. Como afirmamos nas Oficinas Nacionais de Formação e na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, nossa ação deve prever e incorporar, como parte integrante da estratégia metodológica, a realização de processos estruturados, de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas na Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com – e pelos – empreendimentos solidários.

A sistematização das experiências da Economia Solidária é ferramenta para a construção do conhecimento pelas/os trabalhadoras-es que a vivenciam. Este exercício é indispensável, assim como relacionar saberes (popular/científico), contribuindo para o fortalecimento e empoderamento dos mesmos. Já na I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária afirmamos que o principal produto da sistematização é o próprio conhecimento produzido coletivamente, que se manifesta através de uma nova práxis, gerando avanços nos campos econômico, político-social e ético-cultural, através de:

- mudança de postura, hábitos e comportamentos
- engajamento em lutas coletivas

- aprimoramento da militância
- avanço do processo das lutas sociais.

Engajada com a emancipação das classes trabalhadoras, nossa prática educativa deve ser feita coletivamente, no ir e vir na teoria e na prática cotidiana, de quem faz a Economia Solidária. Os temas e conteúdos a serem desenvolvidos nas atividades de formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outras ações educativas, devem partir da realidade territorial, sendo construídos coletivamente. As Oficinas Nacionais e a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica fornecem indicativos de eixos a serem desenvolvidos em processos educativos na Economia Solidária, o que assinala a importância de que todas-os tenhamos conhecimento dos seus resultados.

## **Balanco**

São avanços e desafios, à luz das bandeiras da IV Plenária:

- Houve a consolidação de uma concepção consistente sobre o que entendemos por “educação em Economia Solidária”, nas suas diversas dimensões: formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outros. Entretanto, ainda temos o desafio de difundir e enraizar esta concepção nas bases do movimento.
- Iniciou-se o processo de construção da identidade, em torno da-o educador-a em Economia Solidária, tendo o desafio do auto reconhecimento das pessoas nesta identidade, bem como a apropriação e democratização dos debates realizados neste tema.
- Observamos a construção e fortalecimento dos coletivos estaduais de educadoras-es, e do embrião da Rede Nacional de Educadoras-es em Economia Solidária, o que aponta o desafio do aprofundamento do debate sobre a relação da Rede com os GTs de Educação e Cultura nos estados e nacional do FBES, assim como a ampliação das articulações com outros movimentos sociais e o avanço na construção de estratégias de troca de saberes entre as-os educadoras-es.
- Construíram-se referenciais teórico-metodológicos sobre a pedagogia da autogestão, ampliando as oportunidades de oferta de processos educativos para trabalhadores-as da Economia Solidária, porém estes referenciais ainda não estão consolidados e apropriados por todas-os.
- Avançamos na afirmação de que a produção do conhecimento em Economia Solidária se faz a partir do chão do trabalho associado e que, portanto, a sistematização de experiências de trabalho coletivo e autogestionário é a metodologia fundante deste processo para a pedagogia da autogestão, embora ainda seja necessária uma maior apropriação desta metodologia pelo conjunto dos-as trabalhadores-as.
- Houve produção de materiais pedagógicos para os processos educativos em Economia Solidária, embora ainda seja um desafio combater a linguagem sexista e racista nos mesmos, bem como, buscar uma maior adequação dos materiais ao nosso público.
- A implantação do projeto Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) foi muito importante, pois iniciou um processo de formação de educadoras-es que por sua vez já iniciaram um processo educativo junto às bases do movimento, através de

diferentes estratégias. Porém, é necessário entender que a estratégia educativa não pode estar atrelada apenas às atividades promovidas pelo CFES: temos o desafio de criar a nossa própria estratégia educativa.

- Há a necessidade de incorporação, pelo movimento, do debate sobre a relação da cultura e Economia Solidária, ampliando o diálogo com movimentos que atuam neste campo, através por exemplo dos debates da Conferência de Cultura e Economia Solidária.

**Nota da Comissão Organizadora:** Não houve elementos oriundos das Plenárias Estaduais e Temática que permitem balanço sobre as seguintes bandeiras da IV Plenária, mas foram indicadas ações que remetem à necessidade de desenvolvê-las:

- *Pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da economia.*
- *Pelo fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária.*
- *Pela inclusão da Economia Solidária na educação formal (educação infantil, de jovens e adultos, básica e superior).*
- *Formar e sensibilizar a população para o consumo consciente.*
- *Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária.*

### **Orientações para a ação**

- Desenvolver a pedagogia da autogestão, a partir do trabalho nos empreendimentos solidários, das ações do FBES nos territórios e na articulação nacional (*IV Plenária*).
- Consolidar a articulação do Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do FBES com a Rede de Educadoras-es da Economia Solidária, tendo como principais objetivos:
  - Avançar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Economia Solidária (*IV Plenária*).
  - Sistematizar e divulgar as experiências da Economia Solidária (*IV Plenária*).
  - Articular os processos educativos da Economia Solidária com a educação do campo e educação de jovens e adultos (*IV Plenária*), na perspectiva de fortalecer as práticas da educação popular e sua relação com a autogestão.
  - Consolidar um banco de dados com os saberes na Economia Solidária para favorecer processos educativos e intercâmbios (*IV Plenária*).
  - Promover ações educativas na perspectiva de:
    - Formação constante sobre o histórico organizativo e estrutura do FBES para os integrantes novos.
    - Formação junto aos-às trabalhadores-as do movimento de Economia Solidária (*IV Plenária*).
    - Combater a linguagem sexista e racista, oral e escrita em todos os documentos e discursos do FBES.
    - Formação de gestores-as públicos-as, integrantes de conselhos de políticas

- públicas e entidades de assessoria e fomento.
- Formação de educadores-as em Economia Solidária (IV Plenária).
  - Promoção da Economia Solidária junto à juventude.
  - Criação de uma rede de educação para o consumo consciente, que elabore formas de conscientizar as pessoas para o consumo dos produtos e serviços da Economia Solidária e incentive a criação da Rede de consumidores, incentivando as compras coletivas.
  - Realização de cursos de capacitação na área da produção.
  - Realização de campanhas e debates contra a incineração do material reciclável, em conjunto com o Movimento de Nacional Catadores-as.
- Os processos educativos em Economia Solidária que envolvem ações de formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outros, devem:
    - Estar voltados para a construção da autonomia e empoderamento dos-as trabalhadores-as associados-as.
    - Denunciar e desconstruir a cultura patriarcal e capitalista nas práticas da Economia Solidária, garantindo as especificidades da formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outros processos educativos adequados às experiências produtivas das mulheres.
    - Incluir o tema raça e gênero como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação e com isso fortalecer a auto-organização das mulheres visando a transformação destas desigualdades.
    - Promover a elevação da escolaridade das-os trabalhadoras-es (IV Plenária).
    - Promover a inclusão digital das-os trabalhadoras-es da Economia Solidária (IV Plenária).
    - Estimular a interação e intercâmbios entre os empreendimentos da Economia Solidária (IV Plenária), inclusive com uso da educação à distância na troca de experiências entre as várias localidades.
    - Desenvolver tecnologias sociais coerentes com a realidade cultural, social e econômica dos empreendimentos/redes (IV Plenária).
    - Ressignificar a compreensão de técnica, de tecnologia e conhecimento, de forma a avançar na compreensão de que a técnica é imbuída de um processo histórico, que responde a demandas estruturais e que a Economia Solidária precisa recriá-la dando-lhe novo significado.
    - Garantir nos diagnósticos e mapeamentos da Economia Solidária dados desagregados por sexo, raça e classe, de forma a permitir análises da realidade considerando as três dimensões como estruturantes das desigualdades.
    - Valorizar e sistematizar os saberes e tecnologia das mulheres.

### **Espaços educativos**

- Avançar na ação educativa popular em Economia Solidária nos espaços formal, não-formal e informal:

- Os Fóruns de Economia Solidária devem realizar momentos formativos permanentes, garantindo agendas locais de formação para os sujeitos da Economia Solidária em todos os seus segmentos, pois sempre tem gente nova chegando.
- Criar uma Escola Nacional de Economia Solidária, numa proposta que reflita as práticas e princípios da Economia Solidária, gerida pelo próprio movimento e voltada para empreendimentos, entidades de assessoria e gestão pública.
- Criar Centros Culturais, para todas as faixas etárias, possibilitando maior acesso à formação profissional e política.
- Consolidar ou criar Centros Públicos de Economia Solidária, oferecendo também assessoria técnica para os empreendimentos. (IV Plenária).
- Incentivar a criação de incubadoras populares nas comunidades (IV Plenária).
- Incidir junto à educação formal para:
  - Inserção da Economia Solidária nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal para os ensinos fundamental, médio e superior (IV Plenária).
  - Ampliação de processos educativos da Economia Solidária no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (*PROEJA*) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*PRONATEC*).
  - Realização de jornadas pedagógicas nas escolas públicas e técnicas sobre Economia Solidária e o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) nas escolas, contribuindo com conscientização da juventude;
  - Envolver as universidades e centros de pesquisa no mapeamento e assessoria aos empreendimentos solidários.
  - Fortalecer o vínculo e a integração do movimento de Economia Solidária com núcleos de extensão das universidades.
  - Constituir as sedes das incubadoras universitárias, como Casas Sustentáveis, construídas dentro de padrões de sustentabilidade ambiental.

### **Identidade, cultura e expressões da solidariedade**

- Aprofundar a compreensão dos conceitos de identidade, cultura e bem viver, a partir da concepção que construímos sobre território, num olhar transversal sobre gênero, raça/etnia e classe.
- Realizar formação sobre diversidades: raça/etnia, gênero, povos e comunidade tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, urbano, rural, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental.
- Produzir publicações em braile sobre Economia Solidária.
- Ampliar diálogo e articulação com as experiências de cultura, existentes nos movimentos que já possuem acúmulo na temática: movimento negro, cultura digital, cultura popular, dentre outros.
- Articular ações de educação e cultura nos processos educacionais; inserir os aspectos culturais e, nas manifestações culturais, reforçar as práticas e princípios da educação



popular e da autogestão.

- Construir uma identidade cultural da Economia Solidária, a partir da nossa diversidade, consolidando nossos símbolos.
- Incorporar os elementos das manifestações populares, para além do campo religioso, como Teatro do Oprimido e a Dança Circular, como parte de nossas expressões de solidariedade e bem viver/mística.
- Agregar nas ações da Economia Solidária a interface com a economia criativa da cultura, de forma a gerar valorização do produto cultural dentro das feiras e eventos, como estratégia de comercialização dos produtos da Economia Solidária e do fazer cultural.
- Aproximar-se do movimento Recurso Educacional Aberto – REA: música livre e livros didáticos regionais.
- Contribuir para a pesquisa e o resgate da cultura tradicional (por exemplo: pesquisar o turismo étnico e Arranjo Produtivo Local - APL voltado para a música, a arte, dentre outros)
- Apropriar-se das discussões sobre propriedade intelectual, acesso à Banda Larga, dentre outro temas.

## ***2.3 Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias)***

*Nota da Comissão Organizadora: Este eixo envolve e articula os diferentes aspectos da atividade econômica dos empreendimentos econômicos solidários, desde a produção até o consumidor final, e também, as finanças solidárias, que até a X Reunião da Coordenação Nacional eram um eixo específico. Talvez por esta razão a discussão sobre finanças solidárias nas Plenárias Estaduais foi bastante genérica. A Plenária Nacional é uma oportunidade para aprofundar o debate deste tema.*

No quadro das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem, cada vez mais, espaços de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, exercitando com isso, o que acreditamos ser a forma de bem viver, capaz de gerar protagonismo, cidadania, geração de renda, autonomia e solidariedade, através da participação das pessoas nas ações locais, da cooperação e da autogestão. Na discussão sobre a emancipação, fica claro que ela se dá, também, por meio das relações na produção e comercialização de mercadorias, numa economia voltada para a solidariedade, cooperação e autogestão.

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo dêem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a Economia Solidária aconteça concretamente, garantindo o bem viver das pessoas envolvidas, conseguindo, com isso, chamar cada vez mais a atenção da sociedade para este novo modelo de desenvolvimento.

Este novo modelo de desenvolvimento sustentável proposto e colocado em prática pela

Economia Solidária reconhece a contemporaneidade do trabalho autogestionário, com o intuito de criar uma rede de trabalhadores-as mutuamente relacionados, valorizando e fortalecendo as vocações, biodiversidade e particularidades locais, regionais e nacionais, que leva em conta os saberes e culturas populares, a história das comunidades, das etnias e de suas raízes, bem como a plena incorporação das mulheres, jovens, negros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pescadores, catadores, entre outros, em igualdade de condições na vida política, econômica e cultural do país, como pressuposto fundamental para superar as desigualdades que ainda hoje persistem.

Constatamos vários avanços, desde a IV Plenária Nacional, na produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, que vêm se consolidando através das práticas diferenciadas, e desenham aos poucos uma nova forma de se estabelecer a relação entre as pessoas, com o meio ambiente, com o mundo do trabalho e com o mercado. As experiências locais têm ampliado suas dimensões no campo do desenvolvimento econômico, territorial e do bem viver.

Na IV Plenária já afirmávamos que “A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se conseguirmos afirmar os empreendimentos solidários como motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, o que indica a responsabilidade e importância deste eixo e da estratégia de organização e articulação em redes e cadeias solidárias”.

Agora temos a preocupação com o fortalecimento e a diversificação de empreendimentos solidários nos diversos setores econômicos, tais como: cultura, esporte e lazer, informática, prestação de serviços, etc. Na área das finanças solidárias ressalta-se o crescimento e fortalecimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e dos Fundos Solidários assim como das cooperativas de crédito.

## **Balanco**

- A criação de novos programas e projetos de apoio a produção, comercialização e consumo, em âmbito estadual e municipal é um avanço, embora ainda são muitos os estados e municípios que ainda não o fizeram e no âmbito federal ainda são muito aquém das necessidades da Economia Solidária;
- Temos ampliado a quantidade de redes e cadeias da Economia Solidária, bem como criado novas, mas precisamos ainda continuar com esta estratégia pois os empreendimentos conseguem ser mais fortes quando organizados em redes e cadeias solidárias;
- A realização de feiras de economia solidária em rede, ampliando as possibilidades de comercialização solidária e a diversificação de produtos ofertados ao público consumidor foi um avanço, mas observamos que a estratégia das feiras ainda precisa ser ampliada e fortalecida em todos os níveis: local, estadual e nacional;
- A partir da realização de feiras-eventos, foram criadas várias feiras permanentes e outros espaços fixos de comercialização solidária, o que é um avanço, mas esta ainda é uma estratégia que precisa ser ampliada, necessitando maior articulação entre as feiras-evento e as feiras permanentes;
- A Produção de filmes e campanhas de divulgação da comercialização solidária por diferentes organizações, ampliando o leque de materiais que dão visibilidade a

economia solidária, ao comércio justo e solidário, ao consumo consciente e às finanças solidárias é um avanço, mas ainda precisamos democratizar o acesso a estes materiais e continuar produzindo outros para ampliar a troca de experiências na área;

- A Realização de pesquisas e enquetes com a publicação dos seus resultados em formato de livros, cartilhas e teses permitindo uma visão diferenciada dos processos de produção, comercialização e organicidade dos empreendimentos solidários, bem como das suas redes e cadeias é um avanço. Nesta temática, ainda temos o desafio de ampliar o financiamento para tais pesquisas e torná-las mais conhecidas pela sociedade e por todos os sujeitos sociais que praticam a Economia Solidária;
- A ampliação do PAPPS – Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários do BNB para apoio aos Fundos Solidários (FS) pode ser considerada como um avanço, embora os recursos aportados para este fim ainda sejam insignificantes face à realidade da Economia Solidária no Brasil;
- Um importante avanço foi a experiência vivenciada pelo comitê estadual de fundos solidários da Bahia que conquistou um edital para Fundos Solidários, servindo como exemplo que os demais estados e municípios podem conhecer e buscar replicar;
- O mapeamento Nacional dos Fundos Solidários identificou experiências nesta área que contribuem com o desenvolvimento sustentável local e territorial, mas precisamos ampliar o mapeamento para ter mais informações sobre a realidade;
- Há um reconhecimento da importância estratégica dos Fundos Solidários na ação de diferentes movimentos sociais (ASA, Segurança Alimentar, Movimento de Luta pela Terra, Movimento de Moradia, Agroecologia, entre outros), mas ainda precisamos, a partir desta estratégia, avançar na aproximação do movimento de economia solidária com os movimentos citados;
- A assinatura da portaria que regulamenta as doações para os Fundos Solidários foi um avanço nas políticas públicas e no reconhecimento pela sociedade civil, mas ainda precisamos democratizar este conhecimento para todas as pessoas do movimento;
- Há hoje uma maior visibilidade da relação entre os Fundos Solidários e as experiências agroecológicas, mas como podemos nos espelhar desta experiência para experiências urbanas?
- Um outro avanço foi a inovação de experiências de Fundos Solidários no meio urbano – surgimento de experiência com recorte étnico racial – inédito no Brasil (articulação entre movimento negro e governo) e precisamos divulgar e experimentar novas experiências neste campo;
- Houve uma maior participação das iniciativas de Fundos Solidários em feiras, intercâmbios, mostras, processo de comercialização e formação/capacitação, ajudando na articulação e na visibilidade de iniciativas autogestionárias, mas as estratégias de articulação entre os processos educativos e de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias ainda precisam ser aprimorados;
- Há um aumento dos empreendimentos solidários que utilizam os Fundos Solidários como estratégia para estimular sua articulação em redes e cadeias solidárias, promovendo uma melhoria na condição de produção, comercialização e distribuição de renda, que são compartilhados por meio de práticas de gestão democrática e

autogestionária, mas ainda precisamos ampliar esta estratégia, divulgando-a e promovendo intercâmbio para que os empreendimentos que ainda não a praticam possam utilizá-la;

- Há uma ampliação do diálogo da sociedade civil com os governos através da criação e expansão de comitês de Fundos Solidários (Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul), mas ainda precisamos buscar criar tais comitês em todos os estados;
- Apesar da expansão do número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) de 35 em 2008 para 102 em 2012, nem todos os nossos territórios conhecem esta experiência e portanto, ela precisa ser ampliada;
- Percebemos que houve um fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, além da criação de Redes Locais e Estaduais, mas ainda é necessário consolidar as Redes, integrando sempre os novos bancos criados;
- Há um reconhecimento, credibilidade e legitimidade institucional da prática dos Bancos Comunitários, bem como a visibilidade para a sociedade, através dos meios de comunicação e para dentro do próprio movimento de Economia Solidária, porém percebe-se que ainda há desafios para que este reconhecimento seja ampliado a partir de um maior acesso às informações de como operacionalizar os Bancos Comunitários;
- O surgimento de programas públicos (Federal, Estadual, Municipal) de apoio aos Bancos Comunitários é um avanço, mas em cada território ainda temos que lutar para que isto se amplie;
- Houve uma expressiva produção de conhecimento científico e consolidação da tecnologia social das finanças solidárias com base em bancos comunitários, divulgados através de publicações, artigos, cartilhas conceituais, teses de doutorado e mestrado, dentre outros, mas isto ainda é restrito a algumas universidades e territórios. É preciso avançar para que isto aconteça de maneira mais ampla em todo o território nacional;
- Há uma ampliação e aperfeiçoamento na forma de promover o acesso ao microcrédito a populações mais excluídas do sistema financeiro – inclusão financeira e bancária, possibilitando o surgimento e fortalecimento de empreendimentos solidários, mas num país com o tamanho do Brasil ainda é um desafio conseguir que mais empreendimentos de finanças solidárias possam atuar neste campo;
- A aproximação com o Banco Central e outros agentes financeiros (CEF, BNDES, BNB, BASA, BANESTES, BANDES) pode ser considerada um avanço, mas ainda é necessário ter maior incidência junto a estes organismos de financiamento para disputar os fundos públicos para a Economia Solidária;
- Houve uma ampliação no número de organizações que atuam e fomentam a metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, mas este número ainda é pequeno em função das demandas concretas de criação. Por isso precisamos pensar uma estratégia para que possamos ter, em cada estado, no mínimo uma organização capaz de atuar e fomentar os Bancos Comunitários;
- Percebe-se uma maior visibilidade do tema das finanças solidárias enquanto outro modo de relação econômico-financeira, mais apropriada à realidade de populações em situação de risco e vulnerabilidade social, mas ainda é necessária uma maior

articulação com a Rede de Educadores para que haja uma ampliação de processos educativos nesta temática;

- Observamos que as práticas de finanças solidárias incidem diretamente no processo de desenvolvimento territorial e sustentável das redes e organizações sociais. Precisamos, portanto, ampliar esta estratégia ao organizar planos territoriais de desenvolvimento da Economia Solidária;
- Um outro avanço é a criação e diversificação da oferta de produtos e serviços financeiros solidários (diferentes linhas de crédito: microsseguro, correspondente bancário, moeda social, agente de desenvolvimento e educação financeira, entre outros), mas esta oferta ainda não está presente em todos os nossos estados e municípios;
- O amadurecimento das tecnologias de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a consolidação do papel do agente de desenvolvimento comunitário de inclusão sócio-produtiva é um avanço, mas a presença dos agentes está relacionada com a implementação de Bancos Comunitários em um maior número de estados e municípios;
- Observa-se o fortalecimento do processo de articulação institucional em relação à sociedade civil, universidades e destas com o poder público, o que fortalece o movimento de economia solidária. Estas experiências, entretanto, ainda são poucas em relação à necessidade dos empreendimentos solidários, sendo portanto necessário ampliá-las;
- A assinatura do Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, que instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, e criou sua Comissão Gestora Nacional, bem como a resolução do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) que define sua composição, é vista como um avanço, porém ainda temos os desafios no sentido de difundir o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) para todos os empreendimentos solidários, bem como aprofundar o debate sobre o sistema de garantia e as formas de certificação;
- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas diversas modalidades, bem como a Lei nº 11.947/2009 (que no artigo Art. 14 estipula que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações) foram grandes avanços. Percebe-se que nestas leis há uma prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, dispensando-se o procedimento licitatório. Elas foram muito importantes para fortalecer a agricultura familiar, não só através da comercialização, mas também estimulando os processos de agregação de valor à produção e até mesmo a organização dos produtores. Falta ainda, porém, organizar melhor a produção e a organização em vários municípios para fazer com que estes programas possam ser implementados.

## **Orientações para a ação**

### **a) Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS)**

#### *Por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (IV Plenária)*

- Difundir o SNCJS para todos os sujeitos sociais presentes nas dinâmicas da economia solidária (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos).
- Aprofundar o debate a respeito do sistema de garantias dos produtos e serviços da Economia Solidária, realizando processos educativos para tratar disso e garantir a certificação participativa dos produtos da ES, sem intermediadores.
- Criar mecanismos para garantir a implementação do comércio justo e solidário.
- Lutar pela criação e implantação da DAP da Economia Solidária (inspirada na DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf) para os empreendimentos poderem comercializar seus produtos e serviços, também com o mercado institucional (compras públicas de produtos e serviços da Economia Solidária);

### **b) Produção, Comercialização e Consumo**

#### *Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo*

- A organização dos empreendimentos solidários deve ser em redes e cadeias, fortalecendo inicialmente a rede no município e ir ampliando para o estado, depois para o país.
- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de produção, comercialização e consumo, visibilizando sua produção;
- Construir formas de socializar as tarefas do cuidado das pessoas nos espaços da economia solidária, por exemplo com cirandas solidárias e rotatividade de funções, e ainda, garantir, nas atividades, recriadoras-es responsáveis por cuidar das crianças para facilitar a participação das mulheres;
- Fortalecer as feiras, os circuitos e redes/cadeias de produção, comercialização e consumo;
- Propor a ampliação do teto dos recursos para os programas federais (PAA, PNAE) e buscar se organizar para que 100% da alimentação escolar seja fornecida pela Economia Solidária e Agricultura Familiar;
- Criar mecanismos para investimentos nos processos de organização das cadeias produtivas da Economia Solidária;
- Efetivar o cuidado e respeito à natureza em todas as etapas da produção, da comercialização e do consumo;
- Garantir equipamentos que prezem pela ergonomia para as atividades produtivas dos empreendimentos solidários;
- Levar para os bairros e feiras atividades formativas sobre Economia Solidária, fomentando o consumo solidário da população em igrejas, associações, escolas, etc. para fazer a divulgação do nosso projeto, provocando a conscientização e mudança de postura nas pessoas;



- Estabelecer parcerias e valorizar os pequenos comerciantes locais, abrindo oportunidades de comercialização e consumo de nossos produtos localmente, contribuindo assim com o desenvolvimento local;
- Buscar parcerias com o poder público para incentivar o intercâmbio entre redes para abertura de mercados (inclusive exportação);

***Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES)***

- Fortalecer as ações de finanças solidárias ampliando as iniciativas dos Fundos Solidários e Bancos Comunitários, incluindo as Cooperativas de Crédito Solidário no rumo do PRONADES;
- Criação de um fundo publico que propicie a estruturação dos empreendimentos solidários, por um período de tempo que possibilite ao grupo consolidar-se e tornar-se autônomo.

**c) Espaços de comercialização**

***Por programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários***

- Possibilitar ou facilitar o acesso tanto para comercialização, quanto para o recebimento dos produtos dos grupos produtivos de Economia Solidária e agricultura familiar no PAA e/ou PNAE nos municípios.

***Criar e articular espaços e iniciativas de comercialização solidária***

- Propiciar e garantir mercado para escoamento dos produtos dos empreendimentos solidários evitando atravessadores, criando estratégias para ampliar e manter os mercados locais da Economia Solidária, utilizando os espaços de Feiras Livres, bem como, a realização de feiras municipais e estaduais de Economia Solidária para facilitar a comercialização dos empreendimentos e para dar visibilidade às práticas solidárias;
- Articular a criação e/ou fortalecimento, ampliação e manutenção de espaços físicos voltados para a comercialização dos produtos da Economia Solidária nos municípios, estruturando e/ou reestruturando os Centros e as Centrais de Comercialização, também como lugares de apoio à produção e qualificação dos empreendimentos;
- Criar uma rede nacional de comercialização solidária, onde os empreendimentos denominados pontos fixos de comercialização tenham espaços para trocas de produtos, comercialização e articulação das diferentes práticas, com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária e proporcionar o desenvolvimento local e territorial a nível municipal, estadual, regional e nacional;
- Garantir o fortalecimento dos processos de comunicação e divulgação (chamados de marketing no capitalismo) dos produtos e serviços da Economia Solidária;
- Melhorar as condições para escoar a produção desenvolvida nos princípios da Economia Solidária e a logística solidária como um todo;
- Fortalecer a cadeia de comercialização, fortalecendo a Economia Solidária para os povos e comunidades tradicionais;
- Avançar em ações de industrialização e comercialização, para além do extrativismo;
- Fortalecer as práticas de gestão coletiva, sobretudo, dos empreendimentos familiares

para processos de comercialização em rede.

#### **d) Finanças solidárias**

Pelo reconhecimento e fomento dos instrumentos de finanças solidárias

- Retomar o campo das finanças solidárias (Clubes de Trocas, Moedas Sociais, Rede de Bancos Comunitários, articulação dos Fundos Solidários em redes, bem como o segmento de cooperativas de crédito) como Eixo, pois a decisão da Coordenação Nacional de criar o Eixo denominado Estratégias Econômicas deixou o conteúdo deste eixo muito genérico e amplo.
- Reativar o GT de Finanças Solidárias no Fórum, fazendo com que o tema das finanças solidárias amplie seu debate e integração com o movimento, com a sociedade e com o governo, permitindo incidências do movimento de forma conjunta na câmara temática de finanças solidárias e crédito dos Conselhos Nacional e Estaduais de Economia Solidária, sem perder a autonomia diante do recuo de investimentos do governo federal/estadual/municipal para apoio às finanças solidárias;
- Lutar pela criação do marco regulatório das Finanças Solidárias;
- Garantir que o Fundo Nacional e Estadual da Economia Solidária façam o recorte de gênero e promovam ações específicas para as mulheres através de linhas de crédito específicas para mulheres da Economia Solidária.

#### ***Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária (IV Plenária)***

- Garantir linhas de crédito para as mulheres urbanas, desburocratizando e ampliando o acesso ao crédito PRONAF Mulher, além da criação de compras institucionais específicas.

#### ***Articular e organizar redes de instrumentos de finanças solidárias (IV Plenária)***

- Estimular o desenvolvimento de sistemas territoriais de finanças solidárias, que articulem todas as iniciativas e promovam maior integração entre as metodologias das finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, bancos comunitários e moedas sociais);
- Promover intercâmbios entre as iniciativas, promovendo debates sobre finanças solidárias na sociedade civil, movimentos sociais, redes e fóruns, avançando na articulação, sobretudo, dos Fundos Solidários, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e demais;
- Ampliação da implantação de cooperativas de crédito com linhas especiais de crédito para cada município, de acordo com a realidade local;
- Incentivar os empreendimentos solidários a criarem o seu próprio Fundo Solidário, difundindo-os como forma de viabilidade econômica para a população desprovida do acesso à informação, a recursos públicos, à formação, ao assessoramento técnico, social, político, mas, sobretudo, como estratégia de desenvolvimento sustentável para Economia Solidária e a economia popular, para além da lógica do crédito;
- Fortalecer os Fundos Solidários, a partir das experiências locais com maior incidência de reconhecimento e pertencimento das práticas econômicas solidárias, como troca de saberes com a dimensão social, política, histórica, dentre outros. Fortalecer os fundos

rotativos solidários rurais, através da ampliação da discussão sobre a terra, meio ambiente, relação humana e com a natureza;

- É preciso avançar nas tecnologias de operação e gestão dos Bancos Comunitários e das suas redes.

#### ***Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias***

- Fortalecer as moedas sociais.

## ***2.4 Integração territorial e luta por políticas públicas articuladas e contínuas***

No Eixo 1 do presente documento afirmamos a importância estratégica deste tema para o movimento de Economia Solidária no Brasil, pois é no território que encontramos a nossa identidade, práticas e lutas de outros movimentos sociais na disputa de projeto político. É também no território que definimos o nosso “jeito de fazer política e economia”, dizendo não à exploração, ao patriarcado, às práticas clientelistas e corporativistas. Também identificamos que em cada um dos nossos estados ou regiões existem locais onde a dinâmica da Economia Solidária é mais organizada e, portanto, mais articulada e visível.

No território têm sido executadas as políticas públicas mais diversas, porém podemos identificar que de maneira geral as mesmas são descontínuas e fragmentadas, nem sempre atendendo às necessidades dos-as trabalhadores-as da Economia Solidária.

Para que possamos avançar na construção de processos territoriais de **EN**volvimento sustentável e solidário, temos alguns desafios a enfrentar:

- O primeiro deles é a organização e o fortalecimento de fóruns locais e/ou microrregionais. Essas instâncias são espaços que possibilitam o encontro e o reconhecimento de afinidades de valores, de práticas e de objetivos promovendo a construção de identidade entre esses atores/atrizes em torno dos valores e princípios da Economia Solidária. Além de promover laços de identidade entre os-as participantes, são estes espaços que podem catalisar o surgimento de articulações locais ou setoriais, a partir da formação de redes e cadeias.
- A integração das redes, para além da articulação dos sujeitos do território respeitadas as peculiaridades regionais, demandas de organização e logística, pode contribuir com o fortalecimento das ações no local, através da troca de experiência e de saberes, ou mesmo da integração de estratégias econômicas.
- Precisamos criar possibilidades e maior visibilidade para alguns grupos específicos, tais como: mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais; pantaneiros; ribeirinhos; povos das florestas e povos do cerrado, bem como fortalecer o enfrentamento proposto pelo movimento LGBT contra a homofobia e preconceito do sistema vigente.
- Buscar inserir o universo produzido no urbano para dentro do rural e vice-versa, como uma estratégia de enfrentamento da dicotomia, alicerçada historicamente, entre estes dois espaços sociais.
- É urgente fortalecermos a luta, somando forças aos diversos movimentos sociais, como também com as entidades, empreendimentos e consumidores, direcionando para

a unidade dos movimentos que possuem nuances articuladoras, a fim de construirmos uma relação de empoderamento coletivo, do poder democrático dos sujeitos políticos que protagonizarão a realização dos futuros projetos de transformação autogestionária.

## **Balanco**

- A articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário não vem sendo fácil, percebe-se este processo de forma pedagógica: aprender a trabalhar junto não é fácil.
- A promoção de processos educativos deve ser contínua e a partir das demandas identificadas nos territórios, através de encontros locais, estaduais, regionais e nacionais.
- A Economia Solidária precisa provocar as organizações urbanas a discutir territorialidade e integração de ações: precisamos criar circuitos que interliguem as regiões.
- Ainda é preciso lutar contra problemas como os conflitos territoriais, relacionados à reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, em confronto com o agronegócio, o latifúndio, a destruição ambiental, a contaminação com transgênicos e agrotóxicos e a ideia hegemônica de desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social humano.
- A formação política precisa ser continuamente reforçada para que possamos ter uma participação ativa de forma direta na política municipal, criando a política pública de Economia Solidária nos municípios.
- É preciso ter clareza de que o fortalecimento da Economia Solidária no território, embora envolva o fortalecimento dos empreendimentos solidários, necessita de uma estratégia mais ampla. Devemos envolver os mais diversos atores do território ampliando a visão para além de nossos empreendimentos;
- As políticas públicas territoriais são um avanço, mas ainda não dão conta de responder às questões relacionadas ao comércio, ao crédito, e à qualidade de vida dos-as trabalhadores-as da cidade, do campo e das florestas, garantindo o bem viver, com a possibilidade de ampliar cada vez mais a capilarização da Economia Solidária para o interior dos estados. Para isso, deveremos nos organizar para que os projetos governamentais possam ser discutidos e construídos coletivamente pelos atores/atrizes da Economia Solidária em cada Estado e que esta construção se dê através dos movimentos de base, de forma horizontalizada.
- O reconhecimento das ações do poder público é importante, bem como, a aproximação desde que mantida a autonomia do movimento. Um exemplo de articulação possível é através do Plano de “Erradicação da Miséria Extrema” em que devemos combater a política compensatória e lutar para transformá-la em política de promoção da emancipação pela autogestão.
- No contexto da realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo e Olimpíadas, ressaltamos que é fundamental que os atores do território façam o enfrentamento com relação aos processos de especulação imobiliária que não têm se pautado por processos sustentáveis e solidários, e com isso, não favorecem as comunidades que estão nos locais afetados por esses eventos, inclusive com processos desrespeitosos e violentos de desapropriação.

- Temos uma ferramenta virtual do Movimento de Economia Solidária, o *Cirandas*, que precisa ser melhor apropriada pelo movimento, a fim de favorecer o conhecimento por todos-as sobre a realidade da Economia Solidária no território, e também as relações mais amplas que podem ser estabelecidas com a maior adesão ao uso dessa ferramenta. Para isso, é necessário que melhoremos a manutenção do *Cirandas* alimentando o sistema e contribuindo com a articulação do Movimento de Economia Solidária e que divulguemos essa ferramenta de forma ampla para a sociedade.

## **Orientações para a ação**

### ***a) Princípios e diretrizes orientadoras das ações do movimento de Economia Solidária para pautar a integração territorial das políticas públicas e a relação com o Estado***

*Nota da Comissão Organizadora: No Eixo 1 do presente documento existem elementos que estão contidos em nosso projeto político que de certa forma pactuam certos princípios e diretrizes orientadoras das ações, no que se refere à relação com o Estado. Nesta parte do documento, trouxemos apenas as ações que fortalecem e especificam as ações nesta direção.*

- Nossa relação com o governo deve envolver um processo de cobrança interna e externa, pois precisamos nos organizar para cobrarmos ações do governo municipal, estadual e federal, sem desrespeitar os princípios e valores da Economia Solidária.
- As políticas de financiamento para a Economia Solidária nas três esferas devem garantir a manutenção de projetos que contemplem a contratação de agentes locais que sejam vinculados ao movimento de Economia Solidária;
- Devemos buscar incidir para que os processos de discussão de ações de descentralização de recursos que envolvem consórcios de desenvolvimento local, agências de desenvolvimentos dos municípios e outros programas que incluem a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento sejam feitas de forma participativa entre o poder público e o movimento de Economia Solidária;
- Constituir ou fortalecer nossos processos de organização local para incidir na execução das políticas públicas de Economia Solidária onde já existirem.
- Fomentar a cooperação nos processos de elaboração de projetos por entidades de apoio, organizações e gestores públicos ligadas ao movimento de Economia Solidária, para promover o fortalecimento dos empreendimentos solidários.

### **b) Construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário**

- Lutar pela consolidação e fortalecimento dos fóruns microrregionais de Economia Solidária, para consolidar a ação de Economia Solidária no estado, interiorizando as ações, criando e/ou fortalecendo os Núcleos de Base da Economia Solidária;
- Construir estratégias de apoio aos empreendimentos solidários, de modo ampliar as atividades econômicas e de geração de renda, bem como incentivar a criação de cooperativas e de novos empreendimentos solidários, com algumas estratégias:
  - Buscando estratégias de apoio direto aos empreendimentos solidários, como meios de financiamento de sua atividade;
  - Fomentando a elaboração de projetos por entidades de apoio, organizações e gestores públicos para o fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- No âmbito da Agricultura Familiar é fundamental o financiamento para a

implementação de agroindústrias e a construção de cisternas para abastecer a produção e a agropecuária em lugares com menos água.

- Realizar seminários Regionais e Estaduais de Economia Solidária (pelo menos 01 por ano), em articulação com os demais movimentos sociais, com o objetivo de fortalecer os processos internos de organização territorial, bem como a articulação das políticas públicas.
- Integração dos diversos projetos com o apoio das prefeituras, que são fundamentais para que as ações aconteçam, como é o caso, por exemplo, dos centros públicos de Economia Solidária.
- De forma articulada com os diversos atores do território, fazer o enfrentamento com relação aos processos de especulação imobiliária que não favoreçam as comunidades locais afetadas pelos grandes eventos.
- Lutar para que a titularidade da terra seja também decidida pelas e para as mulheres.
- Participar de forma organizada e efetiva em espaços de controle social das políticas públicas, como os Colegiados Territoriais e Conselhos em temas afins, de forma articulada com outros movimentos a partir da construção de agenda comum na perspectiva da construção de processos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário. A Economia Solidária, nesses espaços, deve tentar levar sua práxis contribuindo com a transformação na forma de fazer política.
- Buscar formas de fortalecer a ação dos agentes e atores locais, a partir da melhoria da infraestrutura, para o desenvolvimento de seu trabalho no âmbito territorial.

c) Promover a articulação com os outros movimentos sociais para fortalecer os processos de Envolvimento territorial

É consenso a importância do diálogo e articulação com outros movimentos sociais parceiros da economia solidária, numa perspectiva de união de forças para fortalecer as lutas e construir o projeto político comum e isto deve ser feito a partir dos territórios. O desafio colocado é definir estratégias de aliança com a diversidade de movimentos sociais rurais e urbanos, partindo de nossa identidade de sermos um espaço de articulação de trabalhadores e trabalhadoras, como a economia do povo sob autogestão. Fortalecer o diálogo entre movimentos é fundamental para fortalecer a Economia Solidária.

Para isto, um primeiro passo é identificar os movimentos com bandeiras comuns e agendas próximas da economia solidária, e a partir disso desenvolver atividades e ações conjuntas, por exemplo espaços de formação e troca de experiências, feiras, reaplicar a metodologia do “Encontro de Diálogos e Convergências” que consistiu em visibilizar a convergência nos territórios, a partir das experiências locais, em setembro de 2011. A nível nacional também é importante o trabalho de unificar pautas e agregar forças. Os movimentos sociais articulados, têm o desafio de dar visibilidade às suas ações se contrapondo à veiculação de informação deturpada pelas mídias, contribuindo com isto para que o Estado incorpore as pautas e inverta a lógica vigente para uma lógica solidária.

É importante o diálogo com povos e comunidades tradicionais, mulheres e agroecologia que atuam com temáticas complementares à economia solidária. Além disso, alguns movimentos sociais que praticam a Economia Solidária estão fragmentados e a Economia Solidária pode ser uma importante ferramenta como estratégia de desenvolvimento e de convergência.



A orientação é que esta articulação seja feita através do fórum, ampliando as alianças e que possamos nos inserir nas outras lutas e reivindicações sociais, sem perder nossos princípios e autonomia. Ou seja, além do diálogo com o governo, temos que aprimorar o diálogo com outros movimentos sociais e participar de seus espaços.

A integração da economia solidária com outros movimentos é pautada por nós inicialmente pela contraposição ao sistema capitalista, na identificação do trabalho aliado ao bem viver, à autogestão e à coletividade.

A economia feminista, por exemplo, que unifica o trabalho produtivo e reprodutivo, revolucionando as relações interpessoais e laborais, é tanto uma bandeira dos movimentos feministas, quanto da economia solidária. O feminismo, organização e produção agroecológica são indissociáveis no processo de luta pela autonomia e libertação das mulheres e para construção de outra lógica social. Como outro exemplo, o direito à terra e ao território permeia todos os segmentos sociais urbanos ou rurais, já que os territórios são percebidos como espaço de vida e convivência, frente à lógica do capital que expropria os povos dos territórios e suas riquezas

São ações e agendas para fortalecimento mútuo junto com os demais movimentos sociais:

### **Incidência política e articulação externa**

- Ampliação de nossa capacidade de diálogo crítico com o governo, em específico:
  - Garantir a representatividade dos movimentos nos conselhos estaduais;
  - Exigir políticas públicas para o desenvolvimento territorial, sustentável solidário;
- Fomentar a atuação e inserção dos jovens nos espaços de discussão e construção da economia solidária;
- Garantir a eleição de gestores que tenham compromisso com o mundo que queremos construir;
- Criação do Fórum dos Movimentos Sociais enquanto espaço de convergência, e participação enquanto movimento de Economia Solidária;
- Garantir a participação das mulheres em todos os espaços.

### **Atividades em conjunto**

- Planejamento conjunto;
- Campanhas Nacionais comuns como: garantia do território pesqueiro, contra a utilização dos agrotóxicos; pela Lei da Economia Solidária, etc;
- Realização de feiras, como da agricultura familiar e economia solidária;
- Atividades de formação realizadas em conjunto com outros movimentos sociais;
- Inserir os demais movimentos sociais nos eventos da economia solidária, com espaço para que divulguem suas ações, lutas e para troca de experiências.
- Participar dos eventos dos outros movimentos sociais contribuindo com as bandeiras e propostas da Economia Solidária;
- Socialização de materiais e publicações com outros movimentos;
- Apresentar o Movimento de Economia Solidária através das Cartas construídas no processo da V Plenária Nacional
- Realizar encontros setoriais com outros movimentos;

- Promover intercâmbio de experiências, que possam fortalecer a luta por direitos comuns com outros movimentos com bandeiras semelhantes, mantendo o diálogo e envolvendo os movimentos na dinâmica da Economia Solidária no estado.
- Divulgar o Cirandas e trocar informações e processos educativos.
- Realizar trocas de produtos e experiências, visando o fortalecimento das redes.
- Participar em espaços e atividades junto a outros movimentos sociais, como por exemplo os fóruns de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, os fóruns territoriais, entre outros, assim como em seminários, eventos locais e regionais, conferências, feiras e intercâmbios em meios virtuais.

Nos identificamos com diversas lutas do campo e da cidade, com as bandeiras dos trabalhadores e trabalhadoras, dentre eles se destacam os seguintes movimentos sociais:

- Sindicatos, Federações, Centrais, embora haja ramos que não fazem identidade conosco;
- Movimentos do campo e pela reforma agrária: Via Campesina, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Nacional do Semiárido (ASA), MST, Fetraf, Contag, MAB, agroecologia, agricultura familiar, Pescadores-as;
- Movimentos Urbanos: MTD, Moradia digna, Movimento Nacional de Catadores MNCR, CMP, Mtrab. Cristão e Fórum Nacional de Reforma Urbana;
- Movimento da juventude;
- Movimento Social pela Reforma Política;
- Pela educação popular: Recid;
- Pastorais sociais: Crianças, Adolescente e Jovens, Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, etc.;
- Movimento de Mulheres: Marcha Mundial das Mulheres;
- Direitos Humanos: Segurança Alimentar, Movimento Nacional em Defesa do SUS, Rede PLPs (Promotoras legais e populares); LGBT
- Raça e etnia: Movimento Negro; Movimento dos quilombos, indígena.

d) Promover processos de incidência para a construção de políticas públicas que favoreçam a Economia Solidária desde o território, buscando ainda a continuidade das políticas públicas já conquistadas.

- Em cada território, os Fóruns devem reivindicar para as três esferas dos Governos, Municipal, Estadual e Federal, a implementação da Lei da Economia Solidária, criando fundo, conselhos e centros/centrais de Economia Solidária;
- Procurar garantir que o Fórum seja o principal espaço de interlocução para políticas públicas voltadas para a Economia Solidária;
- Articular/garantir a matricialidade de projetos e ações dentro das estruturas de governo como forma de garantir sustentabilidade das ações de Economia Solidária (conhecimento, envolvimento e execução por parte dos secretários e técnicos dos diversos setores);
- Para conseguirmos avançar na implementação de leis e políticas públicas da Economia Solidária é preciso criar estratégias de aproximação e incidência popular, junto ao executivo e ao legislativo, inclusive durante o processo eleitoral, gerando

compromissos e meios mais efetivos de cobrança pela implementação destes compromissos, após a eleição destes representantes que estão vinculados a cada território;

- Lutar pela criação e estruturação de fundo específico, que promova o avanço em áreas importantes para o desenvolvimento da Economia Solidária
- Lutar pela regulamentação fundiária no campo e na cidade de forma adequada às realidades locais e territoriais.
- Incentivar a ampliação da adesão dos municípios e estado à rede de gestores e propor a organização em nível estadual.
- Propor mudanças e reestruturação do Conselho Nacional de Economia Solidária, assim como dos conselhos estaduais e municipais que não atendam às especificidades do movimento;
- Ter um Ministério próprio para a Economia Solidária. Criação de um órgão específico, para a Economia Solidária (Ministério, Secretarias) com fundo e autonomia de gestão, nos níveis federal, estadual e municipal.
- Criar formas e estratégias de acompanhamento de políticas públicas, buscando a participação do Movimento de Economia Solidária, através de seus fóruns e representações, na elaboração dos editais e projetos para a Economia Solidária. Para isso se propõe a formação de uma comissão do Fórum para acompanhar e fiscalizar todos os projetos financiados pelo poder público de Economia Solidária, a fim de fortalecer a política pública e garantir a gestão colegiada, participativa e democrática das mesmas;
- Criar Políticas Públicas que garantam a contratação e/ou concurso público para pessoas com formação em Economia Solidária, visando à continuidade dos trabalhos nos governos, criando planos de carreira no campo das políticas públicas para a Economia Solidária;
- Propor a reestruturação das ações das Superintendências Regionais do Trabalho/Gerência/Departamento responsáveis pela Economia Solidária nos estados;
- Na ótica de divulgar a Economia Solidária, buscar incidir para ampliar os espaços para a Economia Solidária nos governos tendo como eixo o processo de integração e continuidade das políticas públicas;
- Propor atividades que apresentem a Economia Solidária e as políticas públicas de apoio disponíveis para esse campo nos diferentes espaço de controle social (conselhos, colegiados, etc.) de modo que seja possível a construção de agendas comuns;
- Garantir, na construção dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, que os mesmos se configurem a partir dos princípios e valores da Economia Solidária, da Agroecologia, da educação contextualizada/educação do campo/educação indígena, entre outros;
- Incidir na criação e fortalecimento de leis Municipais, Estaduais e Nacional de fomento e fortalecimento da ES, em uma perspectiva territorial, com criação de conselhos e fundos que garantam recursos públicos para apoio aos empreendimentos solidários além de criação de mecanismos concretos que viabilizem a participação popular no acompanhamento, proposição e avaliação das ações, projetos e programas das três esferas governamentais;

- Pautar a necessidade da redução das dificuldades quanto à divulgação\publicação e clareza na linguagem das chamadas públicas municipais, para facilitar o acesso aos empreendimentos solidários aos editais e programas de apoio;
- Realizar diálogo junto ao poder público municipal para garantir a compra dos produtos locais dos empreendimentos solidários, garantindo a efetivação das leis voltadas para comercialização no PAA, PNAE e buscar alternativas para outros produtos e serviços serem inseridos nas compras públicas através de políticas e programas semelhantes;
- Lutar para que os municípios, estados e governo federal ampliem ações de apoio à Economia Solidária, sobretudo aquelas que acontecem no território como, por exemplo, a criação de Centros Públicos e Centrais de Comercialização;
- Lutar pela elaboração, aprovação e implementação de leis nos diversos níveis (municipal, estadual e nacional) que ampliem e garantam direitos que fortaleçam as ações e a estratégia de desenvolvimento com base nos princípios da Economia Solidária;
- Garantir instrumentos apoiados por políticas públicas que auxiliem na autonomia econômica das mulheres, a exemplo das cozinhas comunitárias, creches urbanas e rurais, lavanderias, núcleos de produção de artesanato;
- Promover ações de combate à violência contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha nas organizações sociais mistas, além de lutar pela construção de casas abrigo para mulheres em situação de violência, com mecanismos de atendimento humanizado, no campo e na cidade;
- Lutar pela ampliação da dotação orçamentária para as políticas públicas de economia solidária, inserido-as no PPA (Plano Plurianual) e na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

## ***2.5 Comunicação e visibilidade***

Compreendemos que a comunicação é o ato de se relacionar com a-outro-o, num processo de mobilização social. Esta comunicação, de acordo com a educação popular, deve ser dialógica (através de diálogo) e não uma transmissão de informação, e está direcionada para estratégias de comunicação popular, de caráter pedagógico, com uma linguagem coerente e que incorpora as diversidades.

Nosso ato de comunicar direcionado ao Movimento de Economia Solidária garante a circulação de informações e debates entre os segmentos a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (em suas esferas local, estadual e nacional). Este tem sido um grande desafio, considerando a nossa diversidade, estrutura e presença em diversas partes do país.

Ao mesmo tempo, nossa comunicação precisa voltar-se também para a sociedade, visibilizando as experiências de Economia Solidária, nossa proposta social, política, econômica, social, cultural, ambiental, mobilizando para o apoio e ampliação da participação e construção de práticas associativas e autogestionárias.

Precisamos nos aliar com os movimentos que trabalham a perspectiva da comunicação, trazendo ferramentas da comunicação popular (rádios e TVs comunitárias, jornais comunitários, entre outros) para que possamos nos enraizar em cada território e democratizar

as informações para dentro e para fora do movimento. O Encontro de Diálogos e Convergências e a prática do Movimento de Economia Solidária no Brasil nos fizeram refletir sobre a necessidade de trabalharmos melhor a perspectiva territorial em nossas ações, sendo que o Intermapas é uma das estratégias para visibilizar as convergências territoriais das diversas lutas, inclusive a comunicação (<http://www.fbes.org.br/intermapas>).

## **Balanço**

- Algumas ferramentas e instrumentos já foram criados, a exemplo do nosso site ([www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)) e do Cirandas ([www.cirandas.net](http://www.cirandas.net)), porém, ainda temos o desafio de que os mesmos possam ser mais utilizados por quem faz parte da Economia Solidária. Ainda estamos usando muito mais o facebook do que o cirandas, que é nosso, isso mostra que não se trata apenas da necessidade de inclusão digital (uma demanda entre os empreendimentos solidários), mas da necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o tema.
- A Campanha “Outra Economia Acontece” ficou no institucional pra dentro do movimento, houve pouca divulgação para fora.
- A Campanha da Fraternidade de 2010 foi uma iniciativa de divulgação importante, mas o movimento não propôs ações estratégicas para incorporar à campanha.
- A realização das audiências públicas em todos os estados para discutir os destinos da política nacional da Economia Solidária trouxe a imprensa e deu certa visibilidade ao Movimento, por isso devemos continuar promovendo momentos similares a este para avançarmos na comunicação das nossas ações à sociedade;
- A elaboração e publicação de cartilhas, vídeos, etc. ajudam na comunicação interna de nosso projeto, mas fica muito restrita a quem já integra o movimento. Esta constatação nos faz perceber que precisamos estimular outras formas de comunicação (jornais, rádios comunitárias, teatro, cordel, etc.) e a necessidade de realizarmos parcerias no campo da comunicação com os outros movimentos sociais, sindicatos e ONGs para podermos atingir um público diferenciado e ampliado.

## **Orientações para a ação**

- Garantir comunicação constante do fórum com todos os segmentos da Economia Solidária.
- Elaborar um Plano Nacional e Estadual de Comunicação da Economia Solidária articulando a comunicação com todas as dimensões para ampliar a visibilidade do movimento.
- Criar um coletivo ou GT de Comunicação nos fóruns estaduais com pessoas capacitadas para isso, para favorecer e animar a comunicação no movimento, favorecendo que as informações sejam acessadas.
- Incorporar pessoas não somente de forma voluntária, mas sim buscando projetos direcionados em manter uma pessoa em exclusividade; cuidando com a linguagem do que e como falamos.
- Criar uma Central de Comunicação e Marketing de Economia Solidária.
- Construir uma Rede de Comunicação Popular e Solidária.

- Mobilizar recursos nos Fóruns Nacional e Estaduais para favorecer o Plano de Comunicação.
- Potencializar e ampliar a divulgação do Cirandas, para troca de experiências, comercialização, criação de grupos, divulgação das atividades dos empreendimentos solidários, Fóruns, parcerias.
- Ampliar a divulgação da página do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e do seu boletim informativo.
- Divulgar através dos meios de comunicação o trabalho desenvolvido pela Economia Solidária (IV Plenária).
- Evidenciar nos produtos e serviços que são da Economia Solidária, com etiquetas nas peças informando que o produto é da Economia Solidária: criação de um selo de identificação (IV Plenária).
- Produzir materiais de formação e divulgação da Economia Solidária, principalmente a partir dos municípios.
- Levar o tema da Economia Solidária para os outros movimentos sociais e conselhos, e através deles ir ampliando a divulgação da Economia Solidária através de seus boletins internos e outros meios de comunicação;
- Divulgar os mecanismos de acesso às políticas públicas de fomento aos empreendimentos solidários.
- Produzir adesivos para carros e casas como estratégia de divulgação e identificação da Economia Solidária.
- Promover formação sobre Economia Solidária voltada para comunicadores-as de rádios comunitárias e públicas, estudantes e professores-as de cursos de comunicação social, marketing e relações públicas.
- Realizar eventos de divulgação nas comunidades onde há empreendimentos, em escolas, igrejas e feiras. Promover Seminários territoriais e locais, divulgação da dinâmica da Economia Solidária, em territórios-regiões de difícil acesso, garantindo a divulgação e interiorização de nosso projeto.
- Apresentar e articular a Economia Solidária junto a movimentos sociais e conselhos, inclusive propondo a inserção de notícias em seus meios de comunicação.
- Realizar campanha com debates e outros materiais com temas relacionados à Economia Solidária, como por exemplo “lixo não é lixo”.
- Garantir e resgatar espaços de divulgação e comercialização em locais de grande acesso da população.
- Estimular outras formas de comunicação (jornais, rádios comunitárias, teatro, cordel, twitter, flyer, jornais, rádio e televisão, folhetos, folder, boca-a-boca, etc) com o cuidado de linguagem e informações corretas;
- Confeção e distribuição de material de divulgação.

#### **Fazer parcerias com:**

- Rádios comunitárias e públicas propondo a inserção de programas sobre Economia



Solidária nos programas (IV Plenária).

- Cursos de comunicação social, marketing, relações públicas junto a universidades, onde estes académicos também contribuam nos processos e propostas de comunicação e visibilidade.
- Transporte público e cooperativas de transporte para que veiculem vídeos da Economia Solidária.
- Poder público e empreendimentos para divulgação da Economia Solidária em pontos turísticos, evidenciando a Economia Solidária presente nestes locais, através de seus produtos e serviços.
- Sindicatos rurais/urbanos, Federações, Centrais sindicais, Territórios da Cidadania, ONGs e outros atores presentes, de acordo com a realidade do território.
- Conselhos e movimentos sociais (IV Plenária).
- Agentes comunitários de saúde.

### **Incidência junto ao poder público**

- Propor divulgação da Economia Solidária dentro dos pontos turísticos e culturais dos estados, municípios;
- Propor formas de dar visibilidade aos produtos da Economia Solidária através de seu reconhecimento público;
- Lutar por campanhas e programas públicos de divulgação da ES nos grandes meios de comunicação.

# EIXO 3 - Organicidade do movimento

*Nota da Comissão Organizadora:* O tema da organicidade na V Plenária Nacional deve ajudar a esclarecer pontos e refletir se a nossa estrutura atual é a melhor para dar conta do projeto político que estamos aperfeiçoando nesta plenária. Por isto, é necessário pensar uma estrutura que viabilize os debates e a organização do FBES de maneira independente, autônoma e, sobretudo, que não dependa exclusivamente de recursos governamentais para existir e se reunir. O processo de sistematização revela uma dúvida importante sobre o tema da organicidade: o problema está na estrutura e/ou na melhor definição do projeto político que explicita o nosso caminho?

O balanço que aparece a partir de uma leitura transversal dos relatórios estaduais explicita uma alta rotatividade nos espaços dos fóruns. Além disso, é importante ressaltar que neste período pós IV Plenária houve uma expansão significativa da quantidade de fóruns em todo o país. Até a IV Plenária tínhamos 27 fóruns estaduais e alguns fóruns regionais e locais, e isso tem crescido para que atualmente tenhamos 163 fóruns locais/municipais, regionais e estaduais.

Este aumento significativo do número de fóruns, na maioria dos estados, contribuiu para que no processo de construção desta plenária, os debates estaduais privilegiassem repensar as suas estruturas para dentro de cada estado, e não focar o debate na estrutura do FBES, seja pelo pouco conhecimento da atual estrutura, seja pela necessidade de estruturar melhor cada fórum de acordo com a realidade local.

Outra constatação importante é que ao longo deste período, sentimos uma necessidade cada vez maior de aprofundar o debate sobre a relação sociedade civil x estado, materializada na urgência em definir de maneira mais clara qual a nossa relação com o estado, com os partidos políticos, com os sindicatos, ou ainda, como os demais movimentos sociais. Os relatórios estaduais não apresentam elementos sobre esta questão, assim, a proposta é que este debate seja feito após a V Plenária, uma vez que teremos mais clareza das nossas orientações políticas e ações prioritárias

*que serão definidas nesta plenária, pois estas definições também interferem na estrutura e na maneira como temos nos organizado.*

*Este ponto se relaciona a avaliação da presença e participação dos diferentes segmentos do FBES. Os relatórios estaduais não apresentam avaliações explícitas sobre os seguintes segmentos: EES, EAF e Entidades Nacionais. No entanto, há uma grande quantidade de avaliações sobre a participação dos gestores públicos no FBES, o que indica que precisamos refletir mais sobre a relação com o estado e como estabelecemos a relação com os gestores públicos no FBES.*

*Da mesma maneira que não visualizamos nos relatórios estaduais um debate aprofundado acerca da estrutura e dos segmentos que compõem o FBES, também não foi realizada uma reflexão sobre o que significa ser trabalhador e trabalhadora da economia solidária na perspectiva de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos, o que talvez precisemos refletir mais.*

*No que se refere às estruturas de coordenação, os relatórios apresentam diferentes avaliações sobre o funcionamento da coordenação nacional e da coordenação executiva. Porém, não existem propostas sobre uma nova concepção de estrutura, o que os relatórios revelam são propostas de alteração da quantidade de pessoas que devem participar em cada estrutura.*

#### Balanco e orientações a partir do que construímos na IV plenária

A sistematização dos relatórios estaduais traz os seguintes elementos de balanço sobre o Eixo da Organicidade:

- A Economia Solidária cresceu e se consolidou, porém não há quadros suficientes para acompanhar, formar, debater a ampliação da dinâmica na realidade e nem a consolidação de políticas públicas na área;
- Temos uma fragilidade nas representações que não participam ativamente das discussões e não devolvem para os estados o que discutiram quando os representam;
- Será que não é esta estrutura que está desestimulando a participação? Isto pode ser observado com a diminuição do número de participantes nas plenárias;
- Entende-se que um dos elementos que vem contribuindo para desestruturar e desmobilizar a participação das pessoas é a relação humana individual constituída nas regiões;
- O cenário externo e a conjuntura têm influenciado na dificuldade de participação das pessoas nas discussões, a exemplo da ausência de financiamento, redução de quadros, e burocracia administrativa;
- Muitas das nossas lideranças estão executando políticas públicas, tanto por buscarem outras estratégias de sobrevivência, tanto por militância e contribuição à causa da Economia Solidária, e isto tem dificultado a coordenação política dos fóruns nos estados;
- As vezes as pessoas participam por interesses políticos, individuais ou para estar nas estruturas de coordenação, e não pelo coletivo a partir de uma diretriz institucional.

Um outro elemento importante que esteve presente de maneira transversal em todos os relatórios, é a afirmação de que há um movimento social de Economia Solidária em construção no Brasil, embora apenas dois estados afirmam explicitamente isto em seus relatórios. De maneira geral, os argumentos que falam disto podem ser resumidos nas seguintes idéias:

- A afirmação da economia solidária como movimento social se coloca pela sua articulação/mobilização, defesa e contraposição de uma determinada ideologia, na busca da acessibilidade dos direitos de um determinado público, podendo ter movimentos agregados.

- Somos um movimento social amplo que dialoga com diversas esferas, segmentos e lutas na sociedade, considerando e legitimando as diversas experiências e práticas solidárias no campo da produção, comercialização, formação, finanças solidárias e etc.
- A economia solidária articula lutas políticas na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de economia que promova o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Finalmente, apontamos o que está explicitado nos relatórios estaduais sobre a questão da criação e funcionamento dos Grupos de Trabalho, propostos para garantir uma maior organização do trabalho do FBES. Muitos estados trouxeram proposta para qualificar, reestruturar e revitalizar o funcionamento dos GT's, também chamados de câmaras técnicas ou comissões, propondo que os mesmos planejem suas ações de maneira colaborativa.

Durante as plenárias estaduais diversos estados propuseram Gts, e há indicações dos objetivos dos mesmos, sistematizadas abaixo:

- Produção, Comercialização e Consumo - Articular espaços de comercialização, produção, consumo e grupos de consumidores conscientes; Buscar editais relacionados a este tema; Compras coletivas; Formação específica para cada tema; Ser o animador de Redes e cadeias produtivas a partir das práticas do fórum; Mapeamento das experiências; Intercâmbio de experiências.
- Educação e Cultura em Economia Solidária/ Formação - Identificar as demandas de processos educativos em cada fórum local; Formação, formação política, assessoria técnica, elevação de escolaridade, construção do conhecimento, sistematização, acesso a tecnologias sociais; Animação da Rede de Educadoras e Educadores em Economia Solidária. Mapear experiências de cultura e economia solidária Estimular e resgatar a discussão de identidades culturais a partir dos territórios para dar visibilidade.
- Marco Legal - Discutir a lei 8666 (Marco Legal); orientar para a criação e implementação de Leis Municipais, regimentos, Leis do Conselho etc.
- Comunicação e Mobilização – Discutir uma estratégia de comunicação para o conjunto do Fórum, buscando dar visibilidade as suas ações (interna e externamente), auxiliando na articulação; complementação dos processos educativos (binômio educação/comunicação).
- Mulheres – Discutir a participação política das mulheres nos Fóruns da Economia Solidária, fortalecendo e qualificando sua participação e acesso aos espaços de poder e decisão; articulação com os demais GTs para o encaminhamento das demandas das mulheres (educação, comercialização etc); fortalecimento do GT Nacional de Mulheres.
- Finanças Solidárias/ Sustentabilidade – Estimular a organização de fundos rotativos e bancos comunitários nos fóruns locais; Criar um fundo solidário para o Fórum Estadual; Contribuir com a coordenação estadual com a captação de recursos; Cada fórum local enviar suas propostas para a criação do fundo estadual de economia solidária e também de criar seu fundo solidários com seus recursos próprios.
- Articulação Política com outros movimentos.
- Juventude.

A afirmação dos GTs acima é muito importante e a comissão organizadora nacional da V plenária, em função do pouco tempo disponível para os debates, sugere que sejam incorporadas todas as sugestões de GTs, e que a coordenação nacional seja o espaço de debate sobre organização, natureza, prioridades, planejamento, agenda e outros aspectos relativos aos GTs.

### ***3.1 Fortalecimento dos Fóruns Estaduais***

De forma ampla, o fortalecimento dos fóruns estaduais passa por diversas ações coletivas, que se inserem nos temas debatidos nas plenárias locais e estaduais: a melhoria das atividades, estruturas existentes e estratégias organizacionais; na interiorização, sustentabilidade e autonomia do movimento; coerência entre a forma de fazer política e economia e na articulação com outros movimentos sociais. Vale destacar a importância dos fóruns revisitarem os critérios de reconhecimento e avaliação dos fóruns locais e estaduais, construído na IV Plenária.

Um ponto muito destacado pelas plenárias estaduais foi de fortalecer e estimular a organização da base do movimento de economia solidária, em redes e/ou fóruns, para fortalecer consequentemente os fóruns estaduais e a nível nacional. A necessidade de fortalecimento dos fóruns é essencial para a consolidação do movimento de economia solidária como um todo, com ênfase em suas bases territoriais e em organizar os fóruns municipais.

Desde a IV Plenária esta trajetória tem sido buscada, com avanço e fortalecimento do movimento de economia solidária a partir das bases e do nascimento de novos fóruns locais e regionais, ou seja, com a interiorização das ações em locais aonde o movimento previamente tem alguma articulação, e também buscando dinamizar os fóruns já existentes.

Esta afirmação parte do princípio da autogestão, aonde quanto mais organizados os trabalhadores/as em grupos, redes e fóruns, mais as estruturas poderão funcionar, e consequentemente, todo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Isso requer também fortalecer os empreendimentos de economia solidária, ampliando sua participação e comprometimento, bem como que as representações sejam referendadas pelos três segmentos: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos.

Desta forma, fortalecer o movimento é fortalecer a atuação dos trabalhadores/as organizados, sua atividade com maior organização, participação e divulgações das ações e bandeiras de luta. E também, de ampliar os fóruns locais, pois os novos fóruns ampliam e fortalecem o fórum estadual na medida em que trazem novos representantes, também para sua coordenação e estrutura, envolvendo as novas regiões/territórios que se aproximaram da dinâmica do movimento e estão desenvolvendo militância e ações em economia solidária.

Outro aspecto de balanço é que a dinâmica dos fóruns varia de acordo com cada realidade, e em muitos casos ocorrem reuniões itinerantes para facilitar a participação dos integrantes do interior e democratizar o acesso.

As novas orientações para o fortalecimento dos fóruns estaduais, sem repetir o que já temos na IV Plenária foram:

- Criação de novos fóruns dialogado antecipadamente nas coordenações estaduais, validando e facilitando seu processo de construção e aprovação dos novos fóruns.
- Fóruns terem periodicidade de reuniões (por exemplo, mensal, trimestral e semestral), com planejamento das ações e calendário construído coletivamente, com atenção para sua ampla divulgação e comunicação das datas de reuniões e plenárias.
- Construir um calendário de plenárias nacionais que não ocorra em ano de eleição, para não possibilitar oportunismos políticos.
- Na VI plenária ter um documento-base elaborado com a participação dos fóruns locais.

## ***3.2 Sustentabilidade e autonomia do movimento***

O conceito de sustentabilidade do movimento contempla questões políticas e financeiras, e não puramente questões econômicas, e é fundamental para avançar no fortalecimento dos Fóruns Estaduais.

Sabemos que muitas limitações na atuação dos fóruns se relacionam com a sua sustentabilidade, e a falta de recurso financeiro e material inviabiliza diversas atividades. Garantir meios de sustentabilidade dos fóruns se relaciona com a sua democratização, de forma que não haja acúmulo e centralização de tarefas e representações, principalmente se ocorre a contribuição dos próprios participantes, fortalecendo seu pertencimento.

A IV Plenária já deliberou que ter um fundo solidário de manutenção das atividades, ter carta de adesão, secretaria executiva, apoio aos coordenadores e destinação de porcentagem de projeto públicos para o fórum, são critérios para atuação dos fóruns locais. No entanto, o balanço da X Reunião da Coordenação Nacional avaliou que existe uma grande fragilidade na aplicação dos critérios para a estrutura e também para promover uma maior sustentabilidade e a autogestão nos fóruns estaduais.

Das plenárias estaduais diversas propostas foram reafirmadas para garantir a sustentabilidade, em especial fundos solidários, feiras e atividades, estruturação de secretarias executivas, captação de recursos, parcerias e ainda, a proposta de criar uma personalidade jurídica que se encontra no tema da estrutura.

Um instrumento muito citado pelos estados para a sustentabilidade são os fundos solidários, aonde os segmentos e o público em geral possam contribuir. Isso porque a contribuição é importante tanto para o crescimento do movimento, quanto pelo seu caráter educativo, principalmente junto aos EES. Este instrumento permite a autonomia do FBES em suas diferentes instâncias, pois nos torna independentes dos recursos governamentais.

Diversas foram as formas citadas de arrecadação para formar o fundo solidário: através dos empreendimentos de economia solidária, taxa em feiras e eventos, doações, contribuição única e/ou fixa (por exemplo R\$ 25,00), que facilitam as atividades e fortalecem a interligação ativa entre o fórum e os empreendimentos. Muitos estados criaram fundos estaduais após a Coordenação Executiva criar o Fundo Solidário do FBES.

Outra estratégia utilizada e bastante afirmada é captar recursos através da apresentação de projetos para apoiar e financiar as atividades do fórum. Os projetos também podem apoiar a formação de um fundo público municipal ou estadual para a economia solidária.

Uma orientação reafirmada é ampliar a nossa incidência e diálogo com as organizações do movimento que fazem a gestão de projetos de políticas públicas para a Economia Solidária. É muito importante que possamos assegurar ações que fortaleçam os fóruns, pois estes projetos são frutos das lutas do movimento de Economia Solidária. Além disto, temos também que ampliar a incidência junto aos governos para que os mesmos, ao construir as políticas públicas, façam isto a partir de uma estratégia de diálogo com os fóruns, a partir da lógica da co-construção das políticas públicas. Neste ponto, é fundamental a estruturação dos marcos legais, convênios, programas e projetos contínuos e que estejam articulados com as ações do movimento de Economia Solidária.

Na dinâmica de estruturação, também é fundamental criar e fortalecer as Secretarias Executivas, para buscar garantir uma estrutura mínima de funcionamento e articulação com os fóruns locais e regionais. Dentre os instrumentos destacados para isso foram: ter uma estrutura própria e espaço físico como local para documentação, registro do movimento, acesso a computador, impressora, internet e telefone para funcionamento da secretaria executiva, além de realizar o cadastro dos empreendimentos no estado e integrante do fórum e construir o regimento interno.



Para isso, é importante contar com parcerias para a obtenção de um espaço físico que funcione como referência do fórum, e também para melhorar a comunicação, reconhecimento e visibilidade do movimento de Economia Solidária. É importante destacar que os EES precisam se estruturar sem depender apenas do fórum, e que isso reflete diretamente na qualidade e atuação do movimento. Dentre as parcerias destacadas são com: universidades e escolas (Federais, Estaduais, Privadas e Escolas Técnicas), estruturas públicas desocupadas, casas de cultura, sedes de escritórios regionais, ITCs e outras entidades de apoio, também para criação de fórum municipal e re-estruturação dos fóruns regionais e estaduais, de modo que facilitem a compreensão sobre a função dos fóruns.

Por fim, também é citado o uso dos instrumentos das finanças solidárias, além dos fundos solidários, como os bancos comunitários para o avanço na sustentabilidade.

As novas orientações para a sustentabilidade, sem repetir o que já temos na IV Plenária foram:

- Para aprofundar, discutir e estruturar um plano de sustentabilidade na perspectiva de garantir autonomia política e financeira, é importante que os fóruns organizem um debate ou seminário do tema.
- Realizar feiras com uma tenda do fórum, com a venda de produtos doados pelos EES, além de atividades promocionais e feiras específicas, aonde o valor arrecadado é revertido para a manutenção do Fórum.
- Elaboração de projetos com apoio das entidades para elaborar, capacitar e gerir os projetos. Ter o entendimento de buscar apoio com fontes financiadoras que atuam e são coerentes com os princípios da Economia Solidária.
- Todos os fóruns locais buscarem constituir um fundo solidário e a contribuição seja acessível para todos os participantes, com uma prestação de contas transparente e periódica. É importante que estas iniciativas sejam divulgadas para ampliar as contribuições, e seja estabelecido o comprometimento de cada integrante do fórum, seja empreendimentos, entidades de apoio ou gestores públicos. Redistribuição do fundo para todas as instâncias (nacional, estadual, local, redes, coletivo de formação e etc.)

### ***3.3 Estratégias organizacionais***

Na relação entre as estruturas de coordenação e os fóruns locais e estaduais, o desafio é criar formas de diálogo e comunicação fluentes entre as diversas instâncias, e há também orientações que indicam a necessidade de uma reflexão sobre como tem se dado o diálogo entre as bases e as representações nos espaços de coordenação:

- Realizar reuniões por videoconferência, criando uma cultura de utilização deste instrumento que possibilita reuniões a um menor custo.
- Coordenações eleitas precisam ser mais pró-ativas a fim de melhorar o fluxo das informações do FBES (nacional) para o Fórum Estadual e vice-versa, para que as representações ocorram de fato. Também de buscar mais apoio, fortalecendo o trabalho que já está sendo desenvolvido e nomear pessoas fixas para o apoio de articulação.
- Criar estratégias de integração e intercâmbio de informações e comunicação entre todas as instâncias dos fóruns, para melhorar o fluxo de informações que não têm chegado às bases, principalmente com a manutenção de secretaria executiva, eleger uma pessoa ou uma equipe responsável pela divulgação das informações.
- Facilitar o diálogo por segmento, dando ênfase ao processo de autonomia dos EES.

### ***3.4 Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária***

A proposta da Economia Solidária é desafiadora, pois propõe romper com a lógica que está instalada na sociedade e que se subordina ao capital, construindo algo novo com os princípios e valores da economia solidária, principalmente com a autogestão.

Neste sentido, o exercício da autogestão requer que as pessoas tenham a compreensão do que está sendo posto em prática, com capacidade e compromisso para trabalhar no coletivo, entendendo o que é fórum, as atribuições e as responsabilidades de cada um, sem que as responsabilidades fiquem apenas com a coordenação ou com poucas pessoas.

Isso mostra a necessidade da sensibilização e formação continuada para a partilha do processo e mudança de postura, socializando as dificuldades e fortalecendo as relações interpessoais para uma nova forma de organização e protagonismo, na construção deste novo jeito de fazer política e economia.

A prioridade dos processos educativos e da forma de organização dos fóruns deve estar nos Empreendimentos Econômicos Solidários, exercitando a autogestão e internalizando seus valores, para entender a unidade do projeto político na diversidade de expressões, sujeitos e experiências de Economia Solidária. Porém, temos que buscar superar a dicotomia existente entre EES, EAF e GP, pois todos são segmentos do fórum.

Nesta caminhada, os desestímulos são diversos, trazidos pelo próprio sistema capitalista, que se apropria das nossas bandeiras. A luta por um movimento autônomo parte da busca de uma estrutura que viabilize as discussões, independente do apoio do Estado, aonde as representações participem ativamente das discussões sem personalismo ou individualismo, para que haja o crescimento da participação política no movimento.

#### **Aspectos a serem deliberados na V plenária sobre a organicidade do movimento**

Além dos aspectos relacionados ao balanço sobre a questão da organicidade, a V Plenária Nacional deverá deliberar sobre dois aspectos principais em relação à organicidade do FBES. São eles:

- Natureza e definição do FBES
- Estrutura e Organização do FBES

### ***3.5 Natureza e Definição do FBES***

#### **Natureza do FBES**

Quanto à natureza do FBES, a IV plenária chegou à seguinte definição:

O FBES é “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos”.

É importante salientar que a maior parte dos estados não se posicionaram frente à esta questão e, portanto, temos que retomá-la na plenária nacional. Do total de 27 plenárias estaduais realizadas apenas 6 indicam um posicionamento claro em seus relatórios sobre esta questão. (MG, AM, MS, RN, MT, PE) A sistematização dos debates estaduais, revela duas posições diferentes em relação à natureza do FBES que a V plenária precisa deliberar:

**Proposta 1:** Manutenção da natureza atual do FBES

Dos seis estados que se posicionaram, quatro deles reafirmam a definição da IV plenária em relação à natureza do FBES, a partir dos seguintes argumentos:

- O FBES deve ser uma instância política de reflexões, debates e decisões do movimento da economia solidária, com a finalidade de dar organicidade e animar o movimento, tendo representatividade dos movimentos sociais e organizações da economia solidária contra o capitalismo.
- O FBES como instrumento de articulação fortalece a Economia Solidária, desenvolvendo e animando processos de convergências entre as diversas experiências e ações do movimento de economia solidária no campo da formação, produção, comercialização, finanças solidárias, consumo, etc.
- A afirmação é pela continuidade do FBES como espaço permanente de diálogo, de representação e intervenção política, pautando os governos nas esferas municipais, estaduais e nacional, e tem os fóruns estaduais e locais como instâncias organizativas dos atores do movimento da economia solidária, articulados a partir da sociedade civil (respeitando as decisões das Plenárias) que terá entre seus papéis articular com os demais movimentos sociais e parceiros da ES pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento local sócio-político-econômico e sustentável do país que queremos.

**Proposta 2:** Afirmação do FBES como UM movimento social de luta pela Economia Solidária no Brasil

Dos seis estados que se posicionaram, dois (PE e MT) afirmam que o FBES é UM movimento social de Economia Solidária a partir dos seguintes argumentos:

- O FBES é um movimento de economia solidária e é composto por diversos atores e diversos sujeitos;
- Somos nós que estamos no FBES quem pautamos os demais movimentos no que se refere aos debates e especificidades da Economia Solidária;
- Somos um movimento social de Economia Solidária que tem como princípio estabelecer uma nova relação de trabalho e renda, um grupo de mulheres e homens organizados com diferencial entre os demais movimentos sociais, porque os sujeitos são coletivos;
- Somos trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos que buscam a democracia econômica baseado nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, do respeito a sociobiodiversidade para construir um desenvolvimento sustentável para e pela economia solidária;
- Somos compostos por grupos organizados em rede, com ou sem entidades de apoio, em busca de uma transformação social a partir da ação concreta de cada um/a no dia a dia, com a distribuição de riquezas de forma justa;
- É a nossa ação concreta que nos caracteriza como movimento quando nos relacionamos com as políticas públicas, entre nós, com a sociedade e com os demais movimentos sociais;

## **Finalidades do FBES**

No documento da IV plenária, decidimos que o FBES tem as seguintes finalidades:

- a) Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais.
- b) Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

A única modificação proposta quanto às finalidades é que na finalidade “a” seja acrescentado no final da frase a expressão: “*sem perder seus princípios e autonomia*” (MA). A deliberação para a Plenária Nacional é se alteramos ou não as finalidades do FBES.

### **3.6 Estrutura e Organização do FBES**

O debate sobre estrutura e organização do FBES parte das experiências dos fóruns estaduais e do FBES de maneira mais ampla nestes 10 anos de existência. O que buscamos aprofundar nesta V plenária é se a nossa atual forma de organização é a melhor para a operacionalização do projeto político que estamos aprofundando nesta V plenária. Neste sentido, a V Plenária deverá deliberar sobre os seguintes temas:

- Segmentos do FBES
- Estruturas de Coordenação
- Criação de estrutura jurídica de apoio ao FBES

#### **Segmentos do FBES**

Na IV plenária, definimos que o FBES é composto pelos seguintes segmentos: Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos, cujos critérios para reconhecimento encontram-se na seção 3.2.1 do relatório da IV plenária (página 55).

Esta definição tem sido vivenciada ao longo dos últimos anos em todas as unidades da federação com as suas especificidades e particularidades. Vivenciamos também uma alta rotatividade de militantes destes segmentos nas diferentes localidades. Esta renovação de participantes nas instâncias do FBES – nos fóruns locais/municipais, regionais e estaduais, tem demonstrado que muitos destes militantes não têm muitas informações sobre o próprio processo de constituição inicial do FBES para entender, propor e modificar a sua atual estrutura.

No debate sobre a estrutura, apresentamos inicialmente a síntese dos relatórios estaduais sobre os segmentos que devem compor a estrutura do FBES. E, sobre esta questão, os relatórios indicam diferentes elementos de avaliação sobre a atuação dos gestores públicos no FBES, assim como sobre a Rede de gestores, embora não se evidenciem elementos de balanço sobre os demais segmentos. Porém, mesmo sobre o segmento dos gestores públicos, percebe-se que não há uma convergência nos relatórios estaduais que reforçam a constatação das contradições enfrentadas nas plenárias estaduais sobre o segmento dos gestores públicos no FBES:

- A Rede de Gestores tem importante atuação e participação nas ações do fórum, mas precisa estar participando nos territórios.
- É fundamental que exista uma rede de gestores públicos forte, organizada e coerente com sua carta de princípios.
- Não tem sentido a presença dos gestores públicos em instâncias executivas e representativas do fórum.
- Os gestores públicos são parceiros do Fórum, abrindo espaços dentro dos governos, assumindo o projeto da economia solidária.
- Os gestores públicos devem se manter na estrutura do FBES, é necessário mudar a forma da escolha de seus representantes, assim como ocorre com as entidades nacionais, para a Coordenação Nacional e Executiva.
- Os gestores públicos para participar da coordenação nacional devem ser eleitos no fórum local e estadual.

- Precisamos ampliar a quantidade de gestores nacionais e regionais no nordeste, para melhor acompanhamento dos fóruns, empreendimentos e gestão para atender as demandas da economia solidária.
- Reafirmação da forma como os gestores atuam no fórum, através da Rede de Gestores.

Após este preâmbulo sobre a síntese nacional dos elementos indicados pelos estados, apresentamos as seguintes propostas que vieram dos estados sobre o tema segmentos do FBES:

**Proposta 1:** Manter os atuais segmentos do FBES: empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e gestores públicos (23 estados).

**Proposta 2:** Além dos atuais segmentos do FBES: empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, incluir o segmento “Militantes Individuais” (MA e plenária de balanço do sudeste)

Vale destacar que a IV Plenária já trouxe a posição de que: “Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados por integrantes do mesmo”.

**Proposta 3:** Além dos atuais segmentos do FBES: empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, incluir o segmento “Movimentos Sociais” (RS e BA)

*Nota da Comissão Organizadora: No caso da Bahia, subentende-se, uma vez que há uma indicação de proporcionalidade que inclui o segmento dos movimentos sociais.*

**Proposta 4:** Todos os segmentos se organizam em rede e estas fazem o diálogo no fórum (TO)

### **Proporcionalidade entre os segmentos**

Dois relatórios estaduais propõem uma alteração da proporcionalidade entre os segmentos nas estruturas de coordenação, que são as que se seguem:

Proposta para alteração da proporcionalidade apenas na coordenação nacional: 50% dos representantes são de EES, 25% são de EAFs, 10% são da rede de gestores e 15% são representantes dos movimentos sociais (BA)

Proposta para alteração da proporcionalidade apenas nas coordenações estaduais: 50% dos representantes são de EES (considerando jovens, mulheres e quilombolas), 35% são de EAFs e 15% são gestores públicos (RN)

No entanto, sugere-se que a deliberação sobre este ponto seja feita no debate sobre as estruturas de coordenação nacional, já que os estados tem autonomia par adequar sua proporcionalidade de coordenação.

### **Estruturas de Coordenação**

A seguir, apresentamos os pontos centrais que devem ser debatidos por esta plenária em relação às estruturas da coordenação:

#### *Coordenações Regionais*

Há uma indicação de que criemos as coordenações regionais em três relatórios estaduais (PE, MT e MS). Os elementos abaixo vêm dos relatórios destes estados:

- É importante criar uma estrutura em nível regional para garantir a articulação nacional, criando-se fóruns regionais que representam no nacional, e estes fóruns regionais são formados por representante dos estados.
- No nível estadual também há proposta de que as representações sejam por territórios e não por região, e de criação de fóruns microrregionais que indicam membro para o Estadual. Neste sentido, a afirmação é para reconhecer a estrutura territorial dos fóruns (territoriais e municipais) e da coordenação Estadual ser por microrregião e não por meso, sendo que quando a microrregião for grande pode-se organizar a partir dos municípios mais próximos. Ou seja, tal afirmação se complementa com a orientação de interiorização do FBES.

As propostas apresentadas pelos três estados estão de certa forma incompletas e este aspecto pode deve ser aprofundado.

Além disso, vale retomar a deliberação da IV Plenária: “Criar Coordenações Macrorregionais futuramente, quando os Fóruns Estaduais estiverem mais consolidados e estruturados. Fazer 2 encontros macrorregionais por ano, com representantes dos Fóruns Estaduais da região”.

### *Coordenação Nacional*

A **Coordenação Nacional** é quem define sobre aspectos políticos, operacionais e administrativos do FBES.

Na IV plenária definimos que ela é composta da seguinte forma: *3 representantes dos fóruns estaduais (2 EES e 1 entidade de apoio estadual, totalizando 54 EES e 27 Entidades de apoio); 2 integrantes da rede de gestores por região e mais 2 em nível nacional (total da rede de gestores 12); representantes das Entidades Nacionais da Coordenação Nacional do FBES, com limite de até 12 representantes, desde que com participação efetiva em 7 fóruns estaduais.*

Sobre a coordenação nacional, os estados não apresentam novas propostas de estrutura, porém os relatórios estaduais apontam elementos importantes de balanço sobre o funcionamento da mesma que elencamos abaixo:

- A realização de reuniões presenciais com 98 pessoas é extremamente onerosa o que faz com que tenhamos dificuldades na manutenção de uma maior frequência de reuniões;
- Há dificuldade de termos processos decisórios mais horizontais e próximo das bases e o tamanho da Coordenação Nacional dificulta a operacionalização das reuniões presenciais;
- A estrutura do FBES também passa pela qualidade e modo de organização dos EES, EAF e GP e todos os segmentos devem buscar se organizar em redes, não apenas os EES.
- As experiências de economia solidária ainda estão desconectadas e espalhadas nos territórios, sem articulação e organização sócio-política. A idéia de organização da Economia Solidária parte de mapeamento dos empreendimentos, assessorias e gestores públicos com maior potencial ou já em desenvolvimento para que se organizem em cadeias de produção, no caso dos empreendimentos, e em redes de empreendimentos, assessoria e gestores públicos. Desta forma, o fórum estadual manteria diálogo diretamente com as redes de empreendimentos, assessorias e gestores públicos;
- Ainda não temos conseguido utilizar as estruturas virtuais para encaminhamento de processos decisórios;
- No caso das redes de EES, as estratégias para esta organização são: fomento a criação da articulação de cadeias produtivas entre fornecedores e consumidores e entre empreendimentos; capacitação profissional em parceria. Isso para estimular que os segmentos se organizem em redes e participem dos fóruns estaduais;



- Outra avaliação é de que a estruturação dos fóruns possa ocorrer sem centralidade e que a rotatividade não prejudique o acompanhamento das agendas nacionais, estaduais e locais, garantindo o repasse das informações e demandas para o coletivo.

### *Coordenação Executiva Nacional*

Com relação a Coordenação Executiva Nacional também houve propostas diversas, tanto de ampliar, quanto de diminuir os membros desta instância que faz a gestão política cotidiana do FBES, com suporte da Secretaria Executiva Nacional.

Na perspectiva da redução, é desenhada uma Coordenação Executiva Nacional mais enxuta, com um número menor de pessoas que sejam remuneradas e liberadas, com maiores condições e estrutura de fazer o trabalho efetivo. Assim, o desafio é que o FBES busque construir condições de garantir a liberação de sua Coordenação Executiva para que possibilite a participação e envolvimento com a agenda da economia solidária e outros espaços de articulação. Outro ponto destacado é que as Entidades Nacionais que integram a Coordenação Executiva efetivamente participem e contribuam com este espaço.

#### **Propostas oriundas dos estados sobre a coordenação executiva:**

- Reduzir o número de integrantes e remunerar este trabalho, de forma que haja maiores condições e qualidade de atuação e articulação política (RN);
- Manter o número de 13 integrantes, retirando a representação da Rede de Gestores e ampliando os EES de 7 para 8, mantendo a quantidade de entidades nacionais em 5 (BA);
- As representações devem ser retiradas das instâncias locais de acordo com a participação de cada entidade (BA);
- Aumentar o número de titulares de 13 titulares para 26, com intenção de atender as necessidades de comunicação e representação do fórum (AL);
- Aumentar o número de 13 titulares para 23 titulares e suplentes (AM)

Percebe-se que as propostas são diversas, o que exigirá uma reflexão na V Plenária, não apenas em termos numéricos, mas também quanto ao papel, composição e funcionamento da coordenação executiva, o que se reflete na organicidade do FBES.

### **Personalidade jurídica**

Houveram dois estados que se posicionaram sobre a criação de uma personalidade jurídica para apoiar a sustentabilidade do FBES, que devem ser deliberados pela plenária.

**Proposta 1:** Criar uma personalidade jurídica (que seria um “braço” de apoio) e torná-la instrumento executivo do movimento de economia solidária, para que o FBES possa concorrer aos editais e projetos. (ES)

**Proposta 2:** Não criar nenhuma entidade jurídica, o FBES deve permanecer como espaço democrático e aberto. (SC)